



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ESPECIALIDADE DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DOMÍNIO COGNITIVO - MOTOR

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO EDUCATIVO DE
CRIANÇAS COM NECESSIDADE ESPECIAL:
PARALISIA CEREBRAL

ZENILDE MARLY SILVA

Julho, 2021

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO NA ESPECIALIDADE DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DOMÍNIO COGNITIVO-MOTOR

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO EDUCATIVO DE
CRIANÇAS COM NECESSIDADE ESPECIAL:
PARALISIA CEREBRAL

ZENILDE MARLY SILVA

Dissertação apresentada à Escola Superior João de Deus, para obtenção do grau de Mestre em Educação Especial na Especialidade em Domínio Cognitivo-Motor, sob a orientação do Professor Doutor Horácio Pires Gonçalves Ferreira Saraiva

Julho, 2021

"Se houver para a humanidade uma esperança de salvação e de ajuda, esta ajuda só pode vir da criança, porque é nela que se constrói o homem."

(Maria Montessori)

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Horácio Pires Gonçalves Ferreira Saraiva, os mais sinceros agradecimentos pela acolhida e receptividade junto a Instituição João de Deus e por ter proporcionado ao longo dessa trajetória momentos de aprendizado, até a elaboração da dissertação.

Ao meu esposo, Genivaldo, pela disponibilidade incondicional, apoio e confiança. Ele que esteve ao meu lado a todo tempo me incentivando a seguir com coragem, paciência e determinação para enfrentar os desafios e assim poder alcançar o meu grande objetivo. Aos meus filhos Bruno e Larissa, por sempre acreditarem em mim, pela força, carinho e compreensão nos momentos de ausência.

Aos professores Mariana Cortez, Isabel Camalhão, Paulo Sequeira e José Maria de Almeida pelo elevado rigor acadêmico e científico, e por terem me proporcionado conhecimento profissional na área da Educação Especial.

À minha colega de mestrado, Sinara Vilas Boas, pela partilha de alegrias e angústias e, sobretudo, pelo companheirismo que tornou este desafio menos solitário e mais fácil de percorrer. Em especial a minha mãe Helena, que nunca mediu esforços para educar seus filhos com dedicação, amor e humildade.

Resumo

É comum na atualidade a discussão entre profissionais da educação sobre o tema inclusão escola. Aos poucos os alunos, público da Educação Especial iam chegando as escolas comuns, e os docentes não sabiam como trabalhar com essa diversidade que a pouco não estava no contexto da escola. A preocupação era como fazer para diminuir as barreiras impostas pela deficiência, como desenvolver práticas pedagógicas para o aluno que não aprende da mesma forma que os demais.

As pessoas com deficiência estão cada vez mais ocupando seus espaços, sejam eles educacionais ou sociais. Assim, o presente trabalho teve como objetivo conhecer o processo de inclusão dos alunos com NEE, com Paralisia Cerebral, encontra em seu processo de escolarização. No que se refere aos alunos com deficiência, serão evidenciados os alunos que apresentam deficiência física com diagnóstico clínico de paralisia cerebral. Foi possível concluir que, o processo de avaliação é de extrema relevância para identificar as demandas funcionais do aluno com Paralisia Cerebral e que os recursos de tecnologia assistiva, representam um meio para proporcionar maior independência e autonomia do aluno na escola e, assim, promover e garantir o acesso do aluno aos conteúdos escolares.

A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa qualitativa e de campo com realização de entrevistas com profissionais do CAAEJ, professoras das salas de recursos AEE, professores de uma escola pública municipal de Jaguarari-Bahia, que têm incluído em suas salas, regulares, alunos com paralisia cerebral.

Os resultados mostraram que a maioria dos professores entrevistados compreende que a inclusão é possível de acontecer, reconhecem ainda que não estão preparados para ensinar essas crianças, pois carece de preparação profissional adequada e faltam profissionais de apoio. Os depoimentos apontam a ausência de formação adequada para atender os alunos com deficiência, falta experiência para compreender o processo de aprendizagem e que as mudanças acontecem no tempo de cada um. Contudo, é preciso querer mudar a realidade que está posta para depois cobrar dos responsáveis condições melhores de trabalho. Dessa forma, o docente estará contribuindo de forma eficaz para uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras – chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Paralisia Cerebral; Professor; Aprendizagem

Abstract

Discussion among education professionals on the topic of school inclusion is common nowadays. Gradually the students, the Special Education public, were arriving at the regular schools, and the teachers did not know how to work with this diversity that was not in the context of the school. The concern was how to reduce the barriers imposed by disability, how to develop pedagogical practices for students who do not learn in the same way as others.

People with disabilities are increasingly occupying their spaces, whether educational or social. Thus, the present work aimed to know the inclusion process of students with SEN, with Cerebral Palsy, found in their schooling process. With regard to students with disabilities, students with physical disabilities with a clinical diagnosis of cerebral palsy will be highlighted. It was possible to conclude that the evaluation process is extremely relevant to identify the functional demands of the student with Cerebral Palsy and that the assistive technology resources represent a means to provide greater independence and autonomy for the student at school and, thus, promote and ensure student access to school content.

The methodology used was based on a qualitative and field research with interviews with CAAEJ professionals, teachers of AEE resource rooms, teachers of a municipal public school in Jaguarari - Bahia, who have included regular students in their classrooms. with cerebral palsy.

The results showed that most teachers interviewed understand that inclusion is possible, they also recognize that they are not prepared to teach these children, as they lack adequate professional preparation and lack support professionals. The testimonies point to the lack of adequate training to serve students with disabilities, lack of experience to understand the learning process and that changes happen in each one's time. However, it is necessary to want to change the reality that is posed in order to demand better working conditions from those responsible. In this way, the teacher will be effectively contributing to quality inclusive education.

Keywords: Inclusive Education; Special education; Cerebral Palsy; Teacher; Learning

Lista de Abreviaturas

AEE – Atendimento Educacional Especializado
CA - Comunicação Alternativa e Aumentativa
CNE – Conselho Nacional de Educação
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
DL – Decreto Lei
EI – Educação Inclusiva
IBC – Instituto Benjamin Constant
LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NEEPC – Necessidades Educativas Especiais Paralisia Cerebral
ONU – Organização das Nações Unidas
PC – Paralisia Cerebral
PER – Professor do Ensino Regular
PEE – Professor de Educação Especial
PNEE – Política Nacional de Educação Especial
PNEE – Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
PPP – Projeto Político Pedagógico
RI – Regulamento Interno
TA – Tecnologia Assistiva
TEA – Transtorno do Espectro Autista

ÍNDICE GERAL

Introdução	09
Enquadramento Teórico	11
PARTE I - Revisão da literatura	12
Capítulo I: A Educação especial	12
1.1 Períodos Históricos.....	15
1.2 Da exclusão a inclusão.....	19
1.3 A Tecnologia assistiva e a comunicação alternativa	22
1.3.1 Comunicação alternativa	23
1.3.1.1 Cartões de Comunicação	25
1.3.1.2 Prancha de comunicação alfabética.....	25
1.3.1.3 Prancha de Comunicação com símbolos	26
1.3.1.4 Instrumentos de baixa tecnologia.....	27
1.3.1.4. 1 Lápis adaptado 1.....	27
1.3.1.4. 2 Lápis adaptado 2.....	27
1.3.1.4. 3 Tesoura adaptada.....	28
Capítulo II: Paralisia cerebral	29
2.1 Conceitos, históricos, diagnósticos.....	29
2.2 Inclusão das pessoas com paralisia cerebral	34
2.3 Práticas docentes da educação especial inclusiva	35
PARTE II - Investigação	38
Capítulo III: Enquadramento metodológico	38
3.1 Problemas de investigação e objetivos	39
3.2 Desenho do estudo.....	42
3.3 Caracterização do contexto escolar	42
3.3.1 Caracterização da população-alvo	43
3.3.2 Técnicas de recolha e análise de dados	44
3.3.3 Análise documental.....	45

3.3.4 Entrevista	46
Capítulo IV: Análise e interpretação dos resultados	47
4.1. Inquérito com questões fechadas.....	48
4.2. Resultado das grelhas de observação feitas com os alunos com NEEPC.....	64
Conclusões Finais	76
Referências Bibliográficas	63

Anexos

Anexo 1 – Pedido de autorização aos Gestores das Escolas para a realização da entrevista.

Anexo 2 – Pedido de autorização aos Professores e Técnicos/ Profissionais para a realização de entrevista.

Anexo 3 – Guião de entrevista aos professores e Técnicos / Profissionais.

Anexo 4 – Grelha de Observação: Registro de observação de alunos com necessidade especial – Paralisia Cerebral

Introdução

Na atualidade é comum a discussão entre profissionais da educação sobre o tema inclusão escola. No Brasil muitas são as leis que garantem a plena participação de todos no ambiente chamado escola, sem discriminação de cor, religião, deficiência ou não. Na Constituição Federal (1998) nossa lei maior, é assegurada uma educação para todos. O direito de toda criança à educação, consignado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948), foi reiterado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990). Mais recentemente, com a Declaração Mundial de Salamanca (UNESCO, 1994), este direito também foi assegurado para um segmento escolar que, até então, era pouco considerado: trata-se dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE).

A inclusão de alunos com deficiência já é um desafio em condições normais de ensino e aprendizagem. O educador que tem alunos com deficiência em sua turma ou na sua escola sabe dos desafios que enfrentam nos dias atuais. Mas quando veio a pandemia, o desafio ficou ainda maior. Além do desafio da acessibilidade, há ainda os desafios cognitivos, dependendo do tipo de deficiência do estudante.

Com a promulgação da lei n.º 9.394/96 - Nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) um passo importante foi dado para assegurar o direito à educação dos PNEE, sem exclusão. Em seu Artigo 4.º, a LDB determina que, deve haver "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino", e, no seu Artigo 58.º, estabelece, também, que educação especial é "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Pesquisas apontam que, embora tenha ocorrido um aumento expressivo no índice de acesso à educação regular, por parte das pessoas com deficiência, as escolas não estão acompanhando as transformações necessárias para atender esse alunado, acabando por apresentar a cada final de ano resultados insatisfatórios.

Em 2008 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, este documento vem trazendo um novo serviço de forma transversal que tem como objetivo principal o apoio à inclusão escolar

dos estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, hoje chamado transtorno do espectro autista (TEA). O Governo Federal organizou um programa de âmbito nacional com o seguinte tema: “Educação Inclusiva; Direito a Diversidade”. A rota foi idealizada com formação continuada para educadores, gestores e coordenadores de cento e sessenta e seis municípios que serviram de pólo regional, organizando seminários anuais para os respectivos municípios de abrangência. As novas políticas de inclusão educacional só vieram com a implementação do Decreto Lei 9.394 (BRASIL, 1996). A inclusão de alunos com necessidades especiais e, rede regular de ensino tornou-se uma obrigação do estado. Outra estratégia foi à abertura de salas de recursos para oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas que já incluem estudantes com deficiência ou TEA. O serviço acontece no turno oposto à escolarização, é individual e busca acessibilidade ao ensino, entre eles: aprendizagem do código Braile, da língua brasileira de sinais (Libras), tecnologia assistiva, interlocução com sala de aula, formação parental.

Em Portugal a Constituição Federal diz que “toda criança precisa aprender em pé de igualdade”. Em junho de 2018 através do decreto lei Nº 54 o governo estabelece como uma “Escola Inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontre respostas”. O destaque está para o currículo e sua flexibilização. Neste contexto estão os estudantes com perturbação motora, a saber, com encefalopatia crônica da infância, mais conhecida como paralisia cerebral (PC).

Entende-se que é indispensável à pessoa que venha a ter um comprometimento motor (Paralisia Cerebral) continuar estimulando o desenvolvimento de outras áreas cerebrais, as quais não foram acometidas pela lesão, principalmente no que se refere ao desenvolvimento cognitivo, para que as mesmas possam, através de desenvolvimento, assumir as funções cerebrais das células lesionadas. E para termos sucesso nesse novo processo de desenvolvimento, desencadeado principalmente pelos estímulos externos, o contexto social em que o indivíduo está inserido torna-se fundamental, aqui comprovadas pelos estudos de Vygotsky.

As postulações de Vygotsky sobre o substrato biológico do funcionamento psicológico evidenciam a forte ligação entre os processos psicológicos humanos e a inserção do indivíduo num contexto sócio-histórico específico. Instrumentos e símbolos construídos socialmente definem quais das inúmeras possibilidades de funcionamento cerebral serão efetivamente concretizadas ao longo do desenvolvimento e mobilizadas na realização de diferentes tarefas. (OLIVEIRA, 1992, p. 26)

A partir de algumas inquietações e dúvidas a respeito de inclusão de alunos com NEE, paralisia cerebral, especificamente, na sala de aula regular a problemática de investigação motivou a busca de mais conhecimentos na área. Alguns questionamentos no quais merecem reflexão foram: como os professores interagem com os alunos especiais? Quanto a sua metodologia, será que esta, atende as reais necessidades de aprendizagem desse público? Como os professores veem esses alunos? Teria esses profissionais, formação adequada para trabalhar com esses alunos?

Sabemos que a mediação é uma prática usada pelos professores, consciente ou inconscientemente, ou seja, sem nenhuma apropriação teórica do que está efetivamente pondo em prática, apenas conhecimento básico e restrito da sua formação.

Quando se percebe que alguns estudantes apresentam uma predisposição a desenvolver um conhecimento mais avançado, em determinado assunto ou área de conhecimento, o ideal é buscar, exigir um pouco mais para desenvolver cada vez mais a sua aprendizagem. Dessa mesma forma, deve acontecer o processo de estimulação da aprendizagem em sala de aula, para os estudantes com Paralisia Cerebral, desconstruindo a ideia que pauta o limite, com “defeito”.

Esta pesquisa de investigação buscou-se caracterizar o percurso educativo de crianças com necessidade especial com Paralisia Cerebral na escola regular e, através dela, identificar as possibilidades e as barreiras que dificultam o processo de inclusão.

Esse trabalho foi realizado, inicialmente, em uma Instituição de ensino regular no município de Jaguarari na Bahia, onde a cada ano cresce o número de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regular e na maioria das vezes os docentes não sabem como conduzir o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. Além dessa instituição, visitei um centro de avaliação e atendimento especializado e durante 02 meses estive observando, coletando dados, entrevistando os profissionais que lá atendem, e foram feitos os registros a partir das observações e visitas feitas.

Enquadramento teórico

Iniciou-se este estudo para ter conhecimento dos desafios e barreiras encontradas pelos docentes no que se refere ao processo de inclusão de crianças com necessidade especial, paralisia cerebral, na sala regular, onde foram observadas ainda as áreas em que

demonstravam maiores dificuldades e outras nas quais apresentavam melhor desempenho através das atividades de rotina, propostas pelo professor. Dessa forma, buscou um melhor entendimento e encaminhamentos para facilitar o processo de ensino e aprendizagem a este público.

Contudo o estudo procurou analisar de forma concreta as condições oferecidas por uma unidade escolar quanto ao cumprimento da lei que garante educação especial dentro do plano político educacional.

Para que se possa compreender o que são alunos com necessidades especiais com PC, fez-se necessário uma abordagem teórica de alguns pontos que merecem destaque para um aprofundamento maior da pesquisa, foram escolhidos os seguintes conceitos-chaves: Educação especial; Inclusão; Paralisia cerebral.

PARTE I - REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo I: A educação especial

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

A educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios do desenvolvimento, além dessas integra o alunado da educação especial, bem como os alunos superdotados.

A educação dessas pessoas é denominada de educação especial em função do seu público e para a qual o sistema deve oferecer “tratamento especial” tal como contido nos textos da lei 4024/61 e da 5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96. E nesse sentido, cabe lembrar que a Educação Especial não deve ser entendida como simples instância preparadora para o ensino comum, embora se deseje que o maior número possível dos alunos possa dele se beneficiar. (MAZZOTTA, 2011)

A educação no Brasil foi organizada de forma a distanciar o atendimento educacional as pessoas sem deficiência e as pessoas com diferenças ou características que as tornassem “anormal”. Por este motivo, a educação especial adentrou como um campo de atuação específico, em sua maioria, distanciado da educação curricular comum, levando a uma formação de ensino paralelo. Essa realidade também é comum em alguns países da Europa e a América de forma geral (KASSAR, 2011).

São considerados portador de deficiência qualquer indivíduo que obtiver algum impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que por meio desta deficiência possuir dificuldade de interação e/ou participação plena e efetiva na sociedade, e a partir das intervenções educacionais, melhorar as suas condições de igualdade. Os impedimentos são descritos, segundo Brasil (2020), como: auditivo, auditivo-visual, físico-motor, intelectual, mental, múltiplo, visual. (BRASIL, 2020)

Ainda segundo Brasil (2020, p. 59).

Os educandos com transtornos específicos da aprendizagem que também são considerados transtornos do neurodesenvolvimento, ainda não fazem parte do público alvo da educação especial; entretanto, considerando os princípios constitucionais de direito à educação equitativa e inclusiva, devem receber de cada sistema escolar, público ou privado, um atendimento específico de apoio à aprendizagem, segundo as suas singularidades e demandas, com o apoio de equipes pedagógicas ou multiprofissionais.

Durante décadas, termos como anormal, incapacitado, inválido e deficiente foram comumente utilizados de forma pejorativa fazendo com que os portadores de necessidades especiais não fizessem parte do currículo do ensino básico das escolas. Esses termos fortalecem, marginalizam e tornam a pessoa com necessidades especiais como incapazes de se desenvolver intelectualmente e socialmente. (GAIA, 2017)

Entretanto, percebe-se que mesmo em pequenos passos, a inclusão é uma temática cada vez mais discutida e torna-se objeto de estudo de pesquisa e aprofundamento científico. É um desafio desconstruir os paradigmas da educação para que esta seja acessível para todos os grupos; se faz necessário reestruturar as estratégias pedagógicas, comumente, conhecida e enraizada ao longo do tempo. (ARAUJO; SILVA, 2016)

A educação inclusiva iniciou a partir de um ambiente com professores que lecionavam em espaços excludentes. Por este motivo, é necessário a reestruturação da matriz curricular dos cursos de graduação para os futuros professores (SOUZA; MANTOAN, 2019), a educação permanente para os professores em atividade para que assim os professores estejam aptos para o mercado de trabalho e possam exercer sua profissão com maestria.

O sistema educacional inclusivo deve ser executado em todos os níveis. Para isso, a acessibilidade deve ocorrer com estratégias para manter o discente desde o momento da matrícula a permanência do aluno. Se for necessário e a depender da necessidade do aluno, deve ser ofertado um atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao atendimento escolar. As instituições de ensino especializadas em educação especial devem adentrar no currículo do aluno como atividade complementar ou suplementar. (KASSAR, 2011)

Segundo Araújo e Silva (2016), a escola inclusiva inseriu novas responsabilidades que até então só eram atribuídas à educação especial. Apesar de por muitas vezes a escola inclusiva parecer distante da realidade, deve-se existir um movimento em todo o país, desde os profissionais que estão na docência de forma direta aos governantes e a população

de forma geral, que se torne uma luta a inclusão como todas as outras, o qual exige a cobrança, colaboração e participação de todos.

No período de 2008 a 2019, segundo Brasil (2020), houve um aumento de 79,8% no número de matrículas na educação especial. Entretanto, esses dados isolados podem não refletir na vida acadêmica dos alunos com necessidades especiais. É de suma importância a avaliação do seu processo de aprendizado os benefícios destes aprendizados ao longo da vida. No período entre 2015 e 2015, houve uma predominância de matrículas de alunos com deficiência intelectual, deficiência e transtorno do espectro autista.

1.1 Períodos históricos

A trajetória da Educação Especial no Brasil tem impulso positivo com a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Vários documentos nacionais e internacionais merecem destaque como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, garantindo assim direito à educação dos deficientes: “são considerados cidadãos comuns ao propor o acesso à educação com equidade seja universalizado para todos”. (Art.3º)

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

Ao analisar a Declaração de Salamanca que apesar das peculiaridades de cada indivíduo o currículo não pode ser diferente, defendendo a ideia de homogeneização do conhecimento, de padronização, mas apoiando aqueles que necessitam de uma atenção especial.

O termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Esta declaração situa a questão dos direitos das crianças e jovens com NEE no contexto mais vasto dos direitos do homem e, por isso, refere à Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. (Ruivo, 1998:314)

Alguns marcos históricos fazem parte da evolução da educação especial no Brasil e no mundo. Os primeiros marcos históricos ocorreram em Paris. No ano de 1771, foi fundado o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris pelo francês Abade Charles Michel de l'Épée. No ano de 1784, foi criado também em Paris o Instituto Real dos Jovens Cegos, a primeira instituição no mundo totalmente dedicada à educação de cegos. Em 1812, Louis Braille, com 03 anos de idade, sofreu um acidente que o levou a perder totalmente a sua visão, desenvolvendo no futuro – 1837, um sistema de comunicação conhecido mundialmente pelo seu próprio nome. (BRASIL, 2020)

EsnertHuet nasceu no ano de 1822, também em Paris e com 22 anos, Huet ficou surdo, em consequência de sarampo. Em 1855 Huet veio ao Brasil, convidado por Dom Pedro II e fundou a primeira escola de surdos. José Álvares de Azevedo, cego desde o seu nascimento, estudou no Instituto Real dos Jovens cegos em Paris e foi o primeiro professor cego no Brasil, responsável por trazer ao Brasil o sistema de comunicação em Braille, sendo considerado o patrono da educação de cegos no Brasil. (BRASIL, 2020)

No ano de 1854, no Brasil, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, também com o apoio do Imperador Dom Pedro II, pelo professor cego José Álvares de Azevedo, falecido seis meses antes. O Imperial Instituto de Meninos Cegos é atualmente o Instituto Benjamin Constant – IBC O Imperial Instituto de Surdos-Mudos foi fundado no ano de 1857. (BRASIL, 2020)

No mundo, havia a preocupação em distinguir as pessoas “normais” e “anormais” no campo da ciência médico-pedagógica. Para que houvesse uma sala de aula homogênea, era solicitado ao professor a identificação de pessoas “anormais”. Apesar da clara segregação da época, Basílio de Magalhães, no ano de 1910, publicou um estudo onde identificou os benefícios - de forma econômica e emocional, da junção desses dois grupos. (KASSAR, 2011)

Foi criada no ano de 1932 a Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. A educação como direito de todos aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1934, no artigo 149 da Constituição de 1934 assim se pronuncia sobre a educação: "A educação é direito de

todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolver num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana".

Foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos na III Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. No ano de 1957, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” passou a se chamar “Instituto Nacional de Educação dos Surdos”. Neste período a língua de sinais foi proibida dentro da sala de aula, entretanto, os alunos continuaram aprendendo nos corredores da escola. O decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957 instituiu a campanha para a educação do surdo brasileiro. Houve um novo decreto no ano de 1958, nº 44.236, de 1º de agosto de 1958, instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. (BRASIL, 2020)

Segundo Kassar (2011, p. 64), no Brasil, em 1975, “há o registro de classes para atendimento de alunos com deficiências física, visual, mental, auditiva e problemas de comportamento desde 1887 e nas primeiras décadas do século X”. Apesar da existência da legislação, a prática ainda se apresenta distante da teoria. Faz-se necessárias discussões para o enfrentamento de inúmeros desafios com o intuito de operacionalizar uma educação de qualidade e adequada para os indivíduos com necessidades especiais (RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

Em 1994, foi publicada a “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, resultado da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, realizada na Espanha (ONU), da qual o Brasil foi signatário. No ano de 1995, foi instituído por meio da lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, o Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 2020).

A educação especial, por muitos anos no Brasil, foi segregada da educação curricular comum e esse fator histórico repercute diretamente na educação até os dias atuais. As pessoas que eram consideradas normais eram aquelas que não possuíam nenhuma característica física que a distinguisse das outras pessoas, para este grupo, o atendimento educacional era ofertado de forma regular. (KASSAR, 2011)

No ano de 1960, por meio do decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, nos artigos 8º e 9º tratavam da educação dos “excepcionais”. Em 1973, por meio do decreto nº

72.425, de 3 de julho de 1973, foi criado, no MEC o Centro Nacional de Educação Especial – Cenesp, com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais. (BRASIL, 2020)

A Constituição Federal Brasileira, publicada em 1988, em seu artigo 205, afirma que. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

O direito a educação especial no Brasil é historicamente recente. Se fez necessário uma série de políticas públicas de interesse a pessoas com deficiências para que haja a garantia da equidade, igualdade, acessibilidade e a luta no combate ao preconceito sofrido pela maioria. (GAIA, 2017)

A institucionalização da obrigatoriedade da escolarização dos alunos com necessidades especiais ocorreu somente após a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), no ano de 2008. A política não tinha também como objetivo ressaltar a necessidade da formação dos professores para a educação inclusiva, professores que anteriormente só lecionavam com um único tipo de metodologia em um ambiente excludente. A reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Licenciatura para os futuros professores deve também ser reestruturado com base na política (SOUZA; MANTOAN, 2019).

As políticas públicas devem ser efetivadas e não somente “idealizadas”, segundo Gaia (2017), deve buscar o bem-estar para o aluno com deficiência e toda a comunidade escolar, pois, essa preocupação se dá principalmente pelo papel social que a escola possui na formação de cidadãos com o desenvolvimento da criticidade, preparando-o para o mundo do trabalho e no seu convívio em sociedade, sobre seus direitos e deveres.

No ano de 2020, o Ministério da Educação (MEC) implantou a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), por meio do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. Dentro dessa política, fica instituído que todas as instituições de ensino, pública ou privada, devem ser inclusivas. (BRASIL, 2020)

1.2 Da exclusão a inclusão

A sociedade em geral, e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, sem princípio, o acesso de grande parte das pessoas no mundo. Isso se chama exclusão, e dentro desse contexto histórico fundamental que ela deve ser entendida. (GUARESCHI apud, SAWAIA, 1999, p. 48)

O processo de exclusão fere os excluídos no corpo e na alma em seus sentimentos, emoções levando-os a se sentirem sem afeto e outras a lutar fervorosamente por seus direitos. Quem não tem direito à saúde, educação, moradia e emprego, vive um processo de descrédito social a margem dos bens sociais sofrendo preconceitos como ocorre com as pessoas portadoras de necessidades especiais que vivem excluídos ou “incluídos” na escola e as representações sociais que os professores tem a respeito das mesmas, podem promover a inclusão ou exclusão deles na rede regular de ensino e na vida social. Conforme afirma Sawaia a respeito da exclusão, observa-se que a exclusão:

É um processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, sentir e o agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional. (zero afetivo) e a exaltação. (SAWAIA, 1999, p. 28)

As pessoas que fogem do padrão da normalidade são excluídas socialmente, incomoda e não é vista com naturalidade.

Nos dias atuais, falar de inclusão em termos educativos, nos leva a refletir sobre o real papel da escola, no sentido de garantir que às diversidades sejam respeitadas. Para tanto, é necessário que a mesma ofereça um ambiente sadio e acolhedor, mas indo além de proporcionar um espaço físico adequado, esta deve oferecer uma aprendizagem significativa para todo o seu público sem distinção de saberes ou limitações.

O papel do educador também é muito importante para que o processo de aprendizagem dos seus alunos aconteça. O professor é considerado um mediador de experiências por que é ele que cria situações que levam o aluno a aprender. Nesse sentido, Vygotsky afirma:

[...] o processo de educação deve basear-se na atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educador deve consistir apenas em orientar e regular essa atividade. No processo de educação o mestre deve ser os trilhos por onde se movimentam com liberdade e independência os vagões, que recebem dele apenas a orientação do próprio movimento [...] (VYGOTSKI, 2010, p. 64)

O conceito de educação inclusiva pode ser definido como: “O desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular”. (Hegarty, 1994)

Não é fácil falar de inclusão quando vivemos ainda em uma sociedade preconceituosa, onde se admite que a escola seja o lugar ideal para proporcionar a interação de aprendizagem a todos os seus alunos, porém não é capaz de mudar a sua prática pedagógica diante das problemáticas existentes, quando os recursos não são adequados a realidade, e a sociedade ainda não é inclusiva.

“A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos. É também um desafio. E, porque é um desafio, constitui-se como um valor”. (Rodrigues, 2003; Leitão, 2006; Silva, 2011).

Segundo Kassar (2011), a educação historicamente é marcada pela separação dos alunos em normais e anormais, fortes e fracos, e como reflexo deste panorama, inúmeras crianças não tiveram acesso as escolas públicas, e este público não se restringem somente as com necessidades especiais. Como forma de reformular a educação, a política educacional atual busca o modelo de matrícula em classe comum para todos e atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar as atividades curriculares.

Entretanto, mais do que a garantia, a educação especial de qualidade deve ser efetivada com a perspectiva de inclusão, segundo Gaia (2017), pois, inserir o aluno com necessidades especiais dentro do ambiente escolar e não garantir que a educação escolar seja adaptada de acordo com necessidade e realidade é excluí-lo da mesma forma. A educação, independentemente de onde aplicada, pode ser um elemento libertador na vida de qualquer indivíduo, para as pessoas com necessidades especiais, pode ser o divisor de água para que eles não se sintam incapazes e tenham oportunidade de desenvolver as suas habilidades intelectuais.

Para que a mudança no sistema educacional ocorra de forma efetiva, deve modificar também o sistema de gestão educacional, de forma a possibilitar o acesso às classes comuns do ensino regular e o atendimento especial educacional de forma individual e com base na necessidade de cada indivíduo, com também, a ampliação de vagas intraclasse para pessoas com necessidades especiais. (ARAÚJO; SILVA, 2016)

A sociedade de forma geral tem um papel importantíssimo na busca de uma real democratização da educação e a execução dos direitos sociais para todos os cidadãos. Há um grande movimento no Brasil, segundo Araújo e Silva (2016), no que diz respeito a inclusão voltado a educação. Apesar de divergências no modelo educacional, que por muitas vezes é excludente, há mudanças ocorrendo no que diz respeito a atitudes, posturas, mentalidade e reorganização dos espaços educacionais.

O aprendizado do aluno está diretamente relacionado às práticas educacionais inclusivas do professor. A depender da sua experiência, capacitação e condições estruturais de trabalho, o aprendizado poderá sofrer variações. É importante a conscientização destes professores, para que todos sejam capacitados para o ensino a prática inclusiva, como também, a sensibilização destes para que os mesmos de fato apliquem os seus conhecimentos adquiridos às diversas realidades vivenciadas. Faz-se necessário também o compartilhamento de experiências exitosas, a fim de se buscar por meio do conhecimento de outros colegas estratégias educacionais positivas e que pode ser adequada a sua realidade. (BRASIL, 2020)

No Brasil já existem condições legais para a inclusão de PNEE, porém ainda há muitas barreiras que impedem esse processo. Miles (2000) indica que, em diversas culturas e contextos, as barreiras para a inclusão escolar podem estar relacionadas às pessoas (professores, pais etc.) direta ou indiretamente envolvidas, à ausência de recursos financeiros e materiais, à falta de conhecimento e informação e às características do próprio contexto (pobreza etc.).

As dificuldades são evidentes quando se refere à proposta de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Os espaços físicos são inadequados, não há materiais pedagógicos apropriados para melhor atender esses alunos, a formação do professor que muitas vezes atende este público, é deficitária, dificultando assim o processo ensino-aprendizagem.

Portugal é citado pelo autor Davi Rodrigues como um país de referência no avanço da Educação Inclusiva. O autor afirma que houve políticas públicas que favoreceram a inclusão e a superação das dificuldades diversas de alunos em escolas regulares. O autor defende a escola em tempo integral porque concorda com a ideia, que os professores tem mais tempo para dedicar-se ao processo educativo e pedagógico de cada aluno.

Em 2016, é publicado *Direitos humanos e inclusão*, livro com um conjunto de textos do autor David Rodrigues, de origem das suas palestras e encontros formativos. O autor leva a discussão sobre a universalização da garantia dos direitos e uma reflexão sobre as possíveis transformações necessárias na educação, a começar pela questão: quais são as barreiras que precisam ser superadas para que toda criança permaneça na escola?

A Educação necessita de uma reforma no sentido da Inclusão e, para isso, precisa de ter os seus próprios agentes, os seus próprios reformadores. Entretanto, em muitos sistemas educacionais – e, certamente, no sistema português – espera-se que os dinamizadores desta reforma a desenvolvam de uma forma, diríamos “metafísica”; isto é, que devem lutar por uma escola que, na verdade, nunca viram, que nunca experimentaram, e que sejam capazes de adotar métodos diferentes daqueles em que foram educados. É certo que os grandes promotores da Educação inclusiva da atualidade nunca experimentaram a Inclusão na sua vida escolar. Chegaram à premência da Educação Inclusiva através do seu próprio convencimento quanto à ética e à justiça da Inclusão. Não deixa de ser estimulante que impulso poderá sofrer a Educação Inclusiva quando esta deixar de ser desenvolvida por pessoas para quem ela não é mera opção ética, mas sim, o resultado de uma experiência pessoal e vivida. (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2016, p. 106)

1.3 A *Tecnologia assistiva e a comunicação alternativa*

A tecnologia é uma ferramenta que garante maior qualidade de vida para todas as pessoas. Com o objetivo de garantir maiores possibilidades na autonomia e inclusão das pessoas com deficiência, a ferramenta se apresenta sólida e, no Brasil tem a terminologia de “Tecnologia Assistiva”.

Com a Tecnologia Assistiva - TA algumas ações se tornam possíveis. De acordo com a definição do Comitê de Ajudas Técnicas, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26)

As TA's são classificadas em conexão com os objetivos funcionais para as quais se destinam. São várias as classificações e necessidades que se aplicam para a pessoa que necessita da ferramenta, entre elas:

- Auxílio para vida diária e prática;
- Comunicação Aumentativa e Alternativa;
- Recurso de acessibilidade ao computador;
- Sistema de controle de ambiente;
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Órtese e prótese;
- Adequação postural;
- Auxílio de mobilidade;
- Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas;
- Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo;
- Mobilidade de veículo;
- Cultura e lazer.

O terno é consideravelmente novo, é comum não ser conhecido, ou ser confundido com tecnologia médica e meramente educacional. A TA é funcional para todos os espaços, sejam eles, educacional, saúde, profissional ou social.

1.3.1 *Comunicação alternativa*

Dentro das categorias das TA's, encontramos a Comunicação Alternativa. Sua maior finalidade é proporcionar alargamento nas possibilidades de comunicação da pessoa com deficiência. No conjunto das modalidades, Bersch (2007) aponta para a comunicação alternativa como uma necessidade.

A Comunicação Alternativa – é uma das áreas da Tecnologia Assistiva que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar/ou escrever. Busca então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios desta metodologia, construir e ampliar sua via de expressão e compreensão. Recursos como as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (desenhos representativos de ideias), letras ou palavras escritas, são utilizados pelo usuário da Tecnologia Alternativa para expressar suas questões, desejos, sentimentos,

entendimentos. A alta tecnologia nos permite também a utilização de vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou do computador, com softwares específicos, garantindo grande eficiência na função comunicativa. Dessa forma, o aluno com deficiência, ao fazer uso da linguagem, passa uma situação de passividade para outra, a de ator ou de sujeito do seu processo de desenvolvimento. (BERSCH, 2007, p. 90)

De acordo com Chun (2002) a Comunicação Alternativa tem o objetivo de considerar a pessoa como um todo, incluindo todos os contextos e necessidades, e que esse processo não se dá apenas na fala, mas por meio de outros tipos de comunicação.

A Comunicação Suplementar e Alternativa é uma área interdisciplinar, na qual profissionais da área da saúde e da educação como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros, pedagogos e outros profissionais utilizam-na com objetivo de ampliar as rocas comunicativas, melhorar a qualidade de vida e garantir acessibilidade aos diferentes recursos de comunicação. (Deliberato e Manzini 2011, p. 2981)

Desta forma, destacamos a CA como uma ferramenta essencial para pessoa com deficiência, incluindo os discentes com paralisia cerebral. A CA pode colaborar no processo e desenvolvimento da linguagem, nas competências comunicativas e também para apoiar o estudante nas propostas pedagógicas, diminuindo as barreiras para o ensino aprendizagem. Destacamos algumas:

- Cartões de Comunicação;
- Prancha de comunicação alfabética;
- Prancha de comunicação dos símbolos.
- Instrumentos de baixa Tecnologia.

1.3.1.1 Cartões de Comunicação



<https://www.assistiva.com.br/ca.html>

1.3.1.2 Prancha de comunicação alfabética



<https://www.assistiva.com.br/ca.html>

1.3.1.3 Prancha de comunicação com símbolos

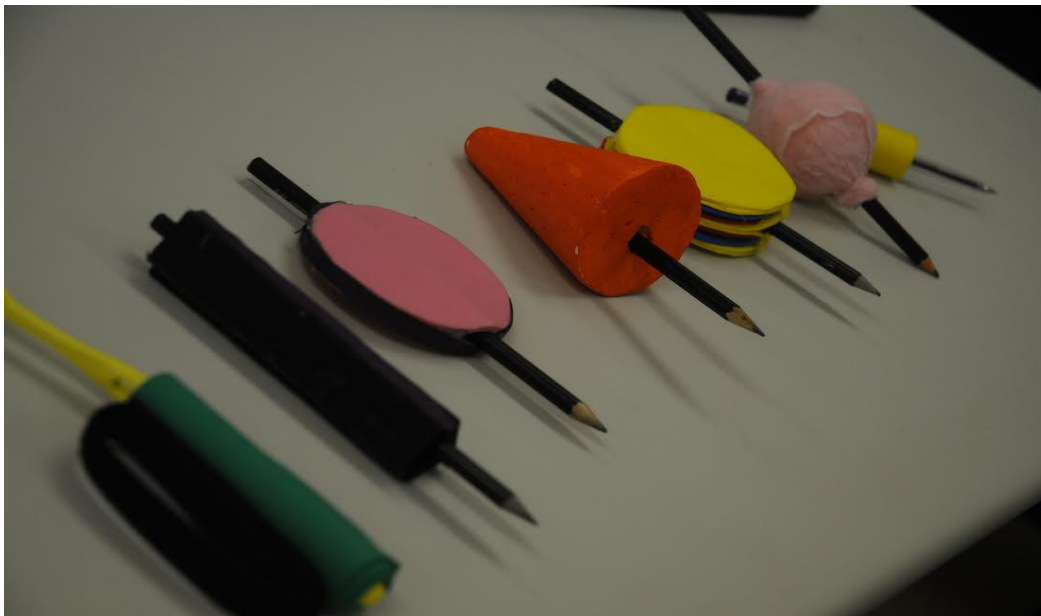


<https://www.assistiva.com.br/ca.html>

O trabalho colaborativo é extremamente importante para garantir a Comunicação Alternativa. O docente do Atendimento Educacional Especializado deve propor interlocução com a sala de aula comum e família, assegurando e possibilitando a acessibilidade aos conteúdos e áreas de interesse do estudante.

1.3.1.4 Instrumentos de baixa tecnologia

1.3.1.4. 1 Lápis adaptado 1



Fonte: Professora de AEE

1.3.1.4. 2 Lápis adaptado 2



Fonte Professora de AEE

1.3.1.4. 3 Tesoura adaptada



Fonte Professora de AEE

Capítulo II: Paralisia cerebral

2.1 Conceitos, históricos, diagnósticos

A paralisia cerebral, também chamada encefalopatia crônica não progressiva, é a causa mais frequente de deficiência motora na infância e refere-se a um grupo heterogêneo de condições que cursa com disfunção motora central, afetando o tônus, a postura e os movimentos. Decorre de lesão permanente ao cérebro em desenvolvimento e apresenta-se de forma variável em termos de distribuição anatômica da lesão, gravidade de acometimento motor e sintomas clínicos associados. A grande variabilidade requer que estes pacientes e suas famílias sejam abordados de maneira sistematizada, levando em conta atenção à saúde.

Entende-se por Paralisia Cerebral (PC) como sendo um conjunto de fatores e condições que culmina com uma disfunção motora central, afetando consideravelmente o tônus, a postura e os movimentos. Também conhecida como encefalopatia crônica não progressiva, é decorrente de lesão cerebral permanente e pode se apresentar de diversas formas conforme a localização anatômica da lesão, gravidade do comprometimento motor e de acordo com os sintomas clínicos que estão associados. (PEREIRA, 2018)

Estudos, pesquisas e relatos de autores e especialistas da área, revelam e descrevem que a Paralisia Cerebral (PC) é uma perturbação não progressiva do movimento e da postura, devido à lesão cerebral ocorrida num período precoce do desenvolvimento do cérebro. Um termo amplo, usado para descrever qualquer transtorno motor e não progressivo, que resulta de lesão ou dano ao cérebro em desenvolvimento, tipicamente definido como antes de 02 anos de idade.

A Paralisia Cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuídos a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. As desordens motoras na paralisia cerebral podem ser acompanhadas por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas muscoesqueléticos secundários. (BRASIL, 2013, p. 9)

Segundo a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPCA) a PC continua a ser a deficiência motora mais frequente na infância, tendo a sua

prevalência sido estimada, numa recente publicação englobando dados de 20 registos de 15 países europeus. Estima-se, segundo a International Cerebral Palsy Society em 17 milhões a população mundial com paralisia cerebral. No Brasil essa incidência deve ser elevada, pois os cuidados com as gestantes e a assistência peri-natal atingem uma pequena parcela da população. Em contrapartida, temos uma elevada mortalidade infantil que deve reduzir consideravelmente o número de pacientes. (Wajnsztein-2010)

De uma forma resumida podemos dizer que a Paralisia Cerebral é uma alteração motora ocasionada por uma lesão no cérebro. Logo, quando uma criança tem PC significa que existe uma perturbação motora, conseqüente de uma lesão no cérebro. No âmbito escolar, é necessário oferecer um ambiente de aprendizagem em que a criatividade e a iniciativa possam ser provocadas e valorizadas, permitindo maior interação e produtividade. Para garantir práticas inclusivas, as escolas necessitam de formação permanente para os docentes.

Segundo Vieira (2015), a política de inclusão escolar, em sua concretização, reflete e reproduz, os problemas de ordem cultural, econômica, política e pedagógica, envolvendo, desta forma, também as ideias, os modos como a deficiência e os sujeitos com deficiência, e a própria inclusão, são socialmente compreendidos.

A apresentação clínica e gravidade da PC variam muito, de acordo com a natureza e extensão da lesão subjacente. Alguns autores propõem a idade limite dos 02 anos de idade, enquanto para outros e, tendo em conta a plasticidade cerebral é proposto há de 05 anos.

As palavras paralisia e cerebral são usadas para descrever uma condição de ser, um estado de saúde, uma deficiência física adquirida. É utilizada para diagnosticar um dano cerebral que leva a uma dificuldade motora ou um descontrole dos músculos, resultando numa desordem dos movimentos do corpo. Algumas crianças com PC têm perturbações ligeiras, que as tornam desajeitadas, parecendo pouco harmoniosas ao andar, falar ou em tarefas manuais. Outras, que são gravemente afetadas com incapacidade motora grave, têm impossibilidade de andar e falar sendo dependentes nas atividades da vida diária.

Segundo Rotta, 2002, a criança com Paralisia Cerebral (PC) possui um atraso de desenvolvimento neuropsicomotor por uma lesão no Sistema Nervoso Central (SNC), podendo causar comprometimento na área motora, sensorial e/ou cognitiva, implicando em alterações do tônus muscular, qualidade do movimento, percepção, capacidade de aprender

e interpretar os estímulos ambientais. Ele classifica as possíveis causas da PC como pré-natais, perinatais e pós-natais.

Conforme Finnie (2000) existem quatro tipos de paralisia cerebral são eles:

Diplegia, Tetraplegia, Hemiplegia, Monoplegia. Nadiplegia há um envolvimento de todo o corpo, mas os membros inferiores são os mais afetados, na tetraplegia os quatro membros são igualmente envolvidos, na hemiplegia só há envolvimento de um dos lados do corpo e no tipo monoplegia existe apenas o envolvimento de um só membro.

O diagnóstico de PC geralmente acontece até os 18 a 24 meses de idade, pois as alterações de desenvolvimento neurológico se manifestam na primeira infância. A base do diagnóstico é clínica, sendo caracterizados por alterações de movimento e postura, e muitas vezes os exames solicitados são complementares, usualmente utilizados para descartar diagnósticos diferenciais de encefalopatias progressivas. Os sinais clínicos eventualmente apresentados estão relacionados a alterações no tônus muscular, sendo as mais observadas, espasticidade, disquinésia e ataxia. (BRASIL, 2013)

A primeira se caracteriza por um tônus muscular elevado, sendo causada por lesão no sistema piramidal, estando predominantemente presente em crianças que a PC é relacionada ao nascimento pré-termo. Na PC discinética há presença de movimentos atípicos mais evidentes quando o paciente dá início a um movimento voluntário, abarcando a distonia (tônus muscular variável desencadeado pelo movimento) e a coreotetose (tônus muscular instável com presença de movimentos involuntários), é comumente ocasionada por lesão do sistema extrapiramidal. A PC atáxica se caracteriza por um distúrbio na coordenação de movimentos, geralmente apresentando uma marcha com tremor intencional, e é causada por disfunção no cerebelo. (BRASIL, 2013)

A primeira vez que a paralisia foi descrita foi em 1843, por William John Little que estudava crianças que apresentavam tônus muscular alterado (espasticidade) e tinham histórico de complicações ao nascer. Porém, o termo paralisia cerebral foi proposto apenas em 1893, por Sigmund Freud, que definiu três momentos que podem estar ligados às causas, são eles: fatores maternos e congênicos durante o pré-natal, perinatal e pós-natal. (BRASIL, 2013)

Diante do exposto, pode-se refletir sobre os impactos do diagnóstico de PC, tanto para a mãe quanto para a família como um todo, visto que o nascimento de uma criança saudável, na maioria das vezes, é desejado e considerado um acontecimento bastante significativo naquele círculo de convívio.

Nesse sentido, o estudo objetivou conhecer como as mães de crianças portadoras de necessidades especiais, decorrentes do diagnóstico de paralisia cerebral, vivenciaram a revelação do diagnóstico, nos permite perceber a singularidade do processo vivenciada pelas participantes da pesquisa, mas que de uma forma geral, reflete na idealização de uma criança saudável. Ressalta-se a importância de uma comunicação efetiva quanto ao diagnóstico e prognósticos relacionados a criança com PC, de modo a facilitar o processo de aceitação bem como promover a estimulação precoce. (MILBRATH et al, 2009)

A comunicação efetiva e acolhedora no momento do diagnóstico pode ser fator facilitador no processo de aceitação da mãe e família, entendendo as limitações que vão ser apresentadas durante o desenvolvimento dessa criança, porém sendo informados também da importância dos estímulos frequentes e da necessidade de inclusão dessa criança, tanto no âmbito social como escolar. (BRASIL, 2020)

Com isso, um dos grandes desafios a serem enfrentados pelas crianças com diagnóstico de PC, bem como por seus familiares, é a superação dos preconceitos estabelecidos pela sociedade relacionada ao conceito pré-estabelecido de normalidade, muitas vezes tentando deixar à margem da sociedade, aqueles que possuem algumas necessidades e adaptações que fogem do que é normalmente esperado.

Para Monteiro (2011): O diagnóstico da PC baseia-se numa história clínica bem minuciosa da gestação, do período perinatal e dos primeiros anos de vida, questionando sobre os possíveis fatores de risco nos três períodos; detalhamento do desenvolvimento neuropsicomotor, história familiar, consanguinidade entre os genitores e casos semelhantes na família; e um exame neurológico cuidadoso da criança. (MONTEIRO 2011, p. 39)

A relação de pais e filhos com necessidades especiais tem sido algo bastante preocupante nos dias atuais, pois muitos não têm condições financeira, emocional ou psicológica para cuidar ou investir no tratamento dos seus filhos e o poder público federal, estadual ou municipal não dão a devida assistência quanto à disponibilidade de profissionais específicos da área para facilitar o atendimento dessas crianças, tanto no apoio familiar, quanto nas escolas e nas salas de AEE, não disponibilizando materiais suficientes e na adequação física/estrutural na maioria das escolas, tornando-as inacessíveis a esse público. Trata-se de limitações concretas e amplamente visíveis.

A criança com NEE em PC pode ter inteligência normal ou até acima do normal, mas também pode ter atraso intelectual, não só devido às lesões cerebrais, mas também pela

falta de experiência resultante das suas deficiências, pela falta de apoio do poder público nos aspectos sociais, econômicos e educacionais, a falta de estrutura física adequada nas escolas, despreparo dos profissionais de educação para trabalhar nessa área, exclusão por parte dos colegas ou até mesmo pela própria família por não saber lidar com tais dificuldades. Conhecer a prática pedagógica e educativa é essencial para a aprendizagem da criança com necessidades especiais.

Montessori escreveu que o desenvolvimento se dá em “planos de desenvolvimento”, de forma que em cada época da vida predominam certas necessidades e comportamentos específicos. Sem deixar de considerar o que há de individual em cada criança, Montessori pode traçar perfis gerais de comportamento e de possibilidades de aprendizado para cada faixa etária, com base em anos de observação. A compreensão mais completa do desenvolvimento permite a utilização dos recursos mais adequados a cada fase e, claro, a cada criança individualmente.

O Método Montessori é o nome que se dá ao conjunto de teorias, práticas e materiais didáticos, criado ou idealizado inicialmente por Maria Montessori. De acordo com sua criadora, o ponto mais importante do método é não tanto seu material ou sua prática, mas a possibilidade criada pela utilização dele de se libertar a verdadeira natureza do indivíduo, para que esta possa ser observada, compreendida, e para que a educação se desenvolva com base na evolução da criança, e não o contrário.

Não esquecendo também das contribuições de Vygotsky, temos a convicção da importância, para situar as pessoas, principalmente os educadores, que pautam os seus planejamentos e intervenções pedagógicas nas teorias do autor.

Entende-se que é indispensável à pessoa que venha a ter um comprometimento motor (Paralisia Cerebral) continuar estimulando o desenvolvimento de outras áreas cerebrais, as quais não foram acometidas pela lesão, principalmente no que se refere ao desenvolvimento cognitivo, para que as mesmas possam, através de desenvolvimento, assumir as funções cerebrais das células lesionadas. E para termos sucesso nesse novo processo de desenvolvimento, desencadeado principalmente pelos estímulos externos, o contexto social em que o indivíduo está inserido torna-se fundamental, aqui comprovadas pelos estudos de Vygotsky.

Instrumentos e símbolos construídos socialmente definem quais das inúmeras possibilidades de funcionamento cerebral serão efetivamente concretizadas ao longo do desenvolvimento e mobilizadas na realização de diferentes tarefas. (OLIVEIRA, 1992, p. 26)

2.2 Inclusão das pessoas com paralisia cerebral

Dentre os princípios da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, é válido destacar, dentro do contexto dessa pesquisa, o ambiente escolar acolhedor e inclusivo, entendendo que a escola deve ser espaço de acolhimento e inclusão, bem como de respeito às singularidades, sendo que para esse espaço ser acolhedor e inclusivo é necessário que exista uma postura da comunidade escolar em atender e acolher todos os seus membros de forma a estabelecer relações de aceitação, co-responsabilidade, colaboração, respeito interpessoal e valorização das diversidades. (BRASIL, 2020)

A educação especial, no contexto das políticas públicas nacionais, com objetivo de inclusão do atendimento educacional especializado necessita ser discutida e frequentemente, aperfeiçoada visto que é importante que nenhuma limitação de habilidades se transforme em barreira no que diz respeito ao aprendizado de qualquer indivíduo. Os profissionais da educação precisam estar aptos a lidar com crianças que apresentem necessidades especiais, de forma que as práticas pedagógicas se encaixem nessas condições e sejam facilitadoras do processo de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2016)

Nesse sentido, as atualizações profissionais no âmbito da educação especial são extremamente necessárias, visto que, constantemente, pesquisas são realizadas no sentido de redefinir protocolos que auxiliem essa população com necessidades especiais a desempenharem de maneira eficaz o aprendizado. Está em constante processo de conhecimento sobre a população com a qual se está trabalhando é um diferencial para qualquer profissional, e, na educação não pode ser diferente. (BRASIL, 2020)

Outro fator importante na educação especial relacionada a PC é a rede de cuidados relacionados a essas pessoas, o que implica em constante diálogo entre educadores e profissionais da saúde para que juntos consigam direcionar os cuidados e a educação dessa população de maneira efetiva através dos estímulos corretos e ideais para o caso. (BRASIL, 2020)

Crianças com diagnóstico de PC têm um desenvolvimento motor atípico, por esse motivo, demandam do uso de tecnologias que assistam as suas necessidades nas atividades cotidianas, isso inclui as atividades educacionais, que devem buscar promover a autonomia. Dessa forma, o trabalho colaborativo entre educação, saúde e família se torna necessário para que a educação e o cuidado sejam efetivos diante das necessidades apresentadas pela criança. (CARVALHO, 2017)

Sanchez, Almeida e Gonçalves (2017), em seu estudo que objetivou abordar os deságios que os alunos público-alvo da educação especial, entre eles, alunos com PC encontram em seu processo de escolarização, nos mostra o quão importante é esse processo de inclusão escolar para democratização do ensino de qualidade, ressaltando a importância de adaptações nas estruturas físicas, instrumentais e metodológicas, que de certa forma, acaba beneficiando a todos os alunos. Utilizar recursos tecnológicos assistivos no processo de ensino-aprendizagem de alunos com PC pode proporcionar independência e autonomia dos mesmos, de maneira a promover o acesso aos conteúdos escolares.

O uso de tecnologias assistivas pode ser facilitador no processo adaptativo de crianças com PC, de modo que sejam implementadas a partir das necessidades apresentadas pelos mesmos, sendo que as mais comuns são as de mobilidade e relacionadas ao mobiliário, frequentemente citados por professores como essenciais no processo de ensino-aprendizagem dessa população. (SANTOS et al, 2018)

Dessa forma, a partir do conhecimento da necessidade de se promover a inclusão social e escolar dessas crianças com diagnóstico de PC, é importante discutirmos acerca de como essa inclusão deve acontecer, entendendo que, no que diz respeito à inclusão escolar, os professores e funcionários da escola são determinantes para que a inclusão seja efetiva e eficiente no processo de aprendizagem. (BRASIL, 2020)

2.3 Práticas docentes da educação especial inclusiva

Sobre as práticas de educação especial inclusiva, diante de tudo que já foi exposto nos tópicos anteriores, percebe-se a necessidade dessa prática ser individualizada, o que requer, por parte do educador, um planejamento específico para atender as demandas de cada aluno dentro de suas condições. Logo, trata-se de um grande desafio para o educador, visto que o mesmo além de traçar estratégias que possam facilitar o processo de ensino-

aprendizagem daquele indivíduo, também o prepara para o convívio social. (ALVES, 2012)

“Recentemente, afirmamos que “é preciso não invocar o nome da inclusão em vão”, tentando “mapear” esta distância entre os discursos e as práticas”. (RODRIGUES, 2006, p. 302)

O planejamento pedagógico é uma prática que deve sempre levar em consideração as peculiaridades dos estudantes inseridos no contexto escolar, e isso inclui as especificidades daqueles que possuem o diagnóstico de PC. Nesse caso, ressalta-se a importância de toda comunidade escolar ser sensibilizada quanto a essas necessidades, visto trata-se de um ambiente de convívio social, logo, a forma como esses alunos com PC são tratados por todos refletirá diretamente no processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2020)

O investimento em leis que garantam a presença de crianças com alguma deficiência, e nesse estudo ressalta-se as com diagnóstico de PC, é importante tanto quanto é necessário que a aceitação da inclusão por partes dos professores e profissionais que estão no ambiente escolar também aconteça. São eles os agentes responsáveis por tornar a inclusão possível, e nesse caso, as atualizações sobre a temática e as necessidades apresentadas por seus alunos são fator determinante sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem para esse público. (SANTOS, 2015)

Um estudo que propôs analisar a produção científica na área de políticas públicas com foco na formação de professores da educação básica que atuavam em contextos inclusivos discorre sobre a existência de muitas reflexões e discussões teóricas sobre a formação docente para educação inclusiva, porém, há carência prática dessas produções pedagógicas inclusivas, até mesmo para retratar a flexibilização necessária do ensino para adequar à educação inclusiva. Outro ponto importante destacado é sobre a necessidade de avançar cientificamente sobre a educação inclusiva, de forma a vincular o conhecimento teórico com a prática, permitindo uma reflexão sobre a docência inclusiva e sobre as necessidades que são apresentadas nesse percurso. (INGLES, et al, 2014)

Diante disso, entender a importância que a formação do professor tem dentro desse contexto e o quanto ela interfere diretamente na sua prática de educação inclusiva é necessário e urgente. A partir do momento que este professor é sensibilizado, desde a sua graduação, a entender a importância da inclusão dentro das escolas, ele consegue perceber tal prática como algo indispensável, possibilitando-o que a execute da maneira mais eficaz

dentro de suas possibilidades, o que refletirá na qualidade da aprendizagem do aluno, que terá as suas necessidades especiais atendidas dentro do contexto possível e da realidade vivenciada. (CRUZ; GLAT, 2014)

Em meio a todas as informações expostas sobre o processo de inclusão de crianças diagnosticadas com PC no contexto escolar, é válido destacar a importância dessa inclusão a ser realizada despida de preconceitos e julgamentos. Muito se discute teoricamente sobre a necessidade desse processo ser posto em prática, mas é necessário avanços práticos de educação em saúde dentro e fora da comunidade escolar para que essa inclusão aconteça em plenitude. (BRASIL, 2020)

Para execução plena de qualquer tipo de inclusão, seja ela social ou escolar, é necessário que os envolvidos estejam sensibilizados o suficiente sobre a importância desse processo, sobre as adversidades que possam vir a se apresentar no percurso e sobre as estratégias que podem se tornar facilitadoras desse processo, e isso nos remete ao que já foi apresentado anteriormente, sobre a formação do profissional da educação. (CRUZ; GLAT, 2014)

Entender como essas práticas de educação especial está acontecendo é fator importante para traçar estratégias que visem à melhoria da qualidade dessa educação, bem como torná-la mais efetiva, de maneira a atingir seus objetivos quando ao processo de ensino-aprendizagem da criança, em rede com profissionais de saúde e família (BRASIL, 2020). Tais ligações interdisciplinares podem ser fator determinante no sucesso de inclusão social e escolar de crianças portadoras de qualquer deficiência, destacando aquelas que são foco desse estudo.

PARTE II - Investigação

Capítulo III: Enquadramento metodológico

O estudo realizado teve como princípio norteador uma abordagem investigativa, utilizando-se de uma pesquisa qualitativa.

Segundo Bogdan e Biklen (1982, apud Ludke e André 1986 p. 13) a pesquisa qualitativa: [...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com situação estudada, enfatizada mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

O contato do pesquisador com a situação estudada promove um engajamento entre o pesquisador e os docentes permitindo a elaboração de um trabalho vivenciado, articulado as ações dos profissionais, considerando importante a participação de todos os envolvidos.

Durante o processo de pesquisa é importante salientarmos que neste período foram registradas ações desenvolvidas dentro do contexto inserido, pois conforme argumenta Vianna (2007):

Uma pesquisa observacional, para ser considerada como tendo significado científico, deve apoiar-se em fundamentos teóricos consistentes relacionados à natureza dos fatos sem a teoria e um corpo de conhecimentos bem estruturados, a pesquisa observacional certamente produzirá elementos esparsos e não conclusivos. (2007, p.11)

Justifica-se a necessidade de escolha de uma pesquisa qualitativa, no intuito de promover a interação do pesquisador com o objeto estudado, elevando assim a troca de experiências, permitindo assim a coleta de informações suficientes para alcançar os objetivos pretendidos.

O estudo foi realizado entre 2020 e 2021. Inicialmente foi feita uma triagem explicando o objetivo da investigação, no sentido de ter apoio das instituições para concessão de entrevista aos docentes e outros profissionais. Foi solicitada autorização prévia e depois formal através de uma carta para concessão da entrevista e preenchimento de formulários. Desse modo foram informados sobre o tema com identificação do público alvo a ser descrito pelos pesquisados.

O tipo de estudo proposto buscou-se uma descrição detalhada das concepções e atitudes em relação ao aluno especial com PC, conhecendo os diversos comportamentos e alguns outros fatores que se fazem presente.

Por fim, procurou descrever as variáveis necessárias para a validade do estudo, a partir de questões coerentes de acordo com os objetivos propostos para obtenção de respostas às indagações.

3.1 Problema de investigação e objetivos

Há muitos anos existe uma grande preocupação por parte dos educadores quanto ao quantitativo de alunos com NEE chegando às escolas e como devem trabalhar com esse público, visando um processo ensino – aprendizagem de qualidade, visto que não possuem formação adequada, as escolas não dispõem de espaço físico adequado as reais necessidades, nem tão pouco de materiais didático, pedagógicos.

Um dos principais objetivos dessa pesquisa é fazer uma análise de investigação de como acontece à inclusão de crianças com paralisia cerebral nas salas de aula regular, bem como ocorre o processo educativo, principalmente com outras crianças sem nenhuma deficiência ou morbidade. Além desses, pretende-se conhecer o perfil do professor da educação especial, qual a relação desses profissionais com os seus alunos e como acontece o processo educativo nos dias atuais.

Para a construção desse trabalho, foi feito um estudo de cunho bibliográfico e de campo, com uma abordagem de pesquisa qualitativa, entrevistas e um questionário como instrumento de recolha de dados. Foram realizadas entrevistas com três professoras da rede pública do município de Jaguarari na Bahia, pedagogas, que tem alunos com NEE, paralisia cerebral, nas suas salas de aula regular e três profissionais que atendem no centro de avaliação, uma fisioterapeuta, uma fonoaudióloga e uma neuropsicopedagoga.

Os dados coletados foram analisados com o objetivo de compreender como ocorre o processo de inclusão das crianças com PC na sala de aula regular e como acontece o processo de ensino e aprendizagem, além da metodologia adotada pelos profissionais responsáveis.

Para entendermos como é a visão de cada educador entrevistado à frente do tema inclusão, ouvimos relatos que diz o seguinte:

Para mim é muito difícil trabalhar em sala de aula, porque a gente não consegue alcançar os objetivos propostos com esse alunado. A inclusão apenas acontece ao trabalhar junto com os outros, com os amigos, ir ao banheiro com ajuda de outra pessoa, brincar com esses alunos, ajudá-los na hora do lanche, pois não conseguem alimentar-se sozinhos [...] se tiverem ajuda é sim possível o processo de inclusão [...] (B. dos S. L., 2021).

Inclusão é saber aceitar que as diferenças de maneira que ele possa viver em sociedade como uma pessoa normal. Eu acho que é possível sim o processo de inclusão com o apoio de profissionais capacitados e o apoio do poder público municipal, estadual e federal. (MARIA, 2021)

Inclusão para mim é saber respeitar o limite do aluno, pois nem todos os alunos são iguais e nem aprendem no mesmo tempo do outro. Acredito no processo de inclusão, mas precisamos levar em consideração esses quatro fatores: família, professor, gestão escolar e sociedade, para que essa seja de fato uma realidade. (V. C. da S., 2021)

Com as informações obtidas nas entrevistas com os professores, observamos que suas respostas são semelhantes em relação ao processo de inclusão. Percebemos que os profissionais ainda se sentem inseguros ou amedrontados ao falar sobre o tema até mesmo pela falta de conhecimento específico, por parte de alguns e apoio dos órgãos competentes. Entretanto, todos acreditam que é possível haver o processo de inclusão na educação brasileira. Em relação às metodologias e práticas utilizadas para trabalhar com as crianças com Paralisia Cerebral, a primeira entrevistada fala que utiliza a mesma atividade com todos os alunos, mas enfatiza que sempre procura diferenciar um pouco usando o lúdico e entre outro relato uma diz que tenta fazer diferente, mas que é difícil trabalhar desse modo e atender a todos ao mesmo tempo, então ela prefere aplicar a mesma metodologia, sabendo que na avaliação irá observar as limitações de cada um. Porém, a última entrevistada diz que não utiliza a mesma metodologia, aplica outras atividades para melhorar a coordenação motora e aos poucos ir obtendo algum resultado positivo, envolvendo-os nas atividades variadas para conseguir desenvolver o aprendizado.

Em relação a minha metodologia aplico o mesmo tipo de atividade com os outros, mas procuro diferenciar um pouco através do lúdico para ter alguma aprendizagem daquilo que foi trabalhado na sala de aula. (B. dos S. L., 2021)

Tento diversificar as minhas atividades levando em conta a limitação dessas crianças com necessidades especiais, porém é difícil trabalhar desse modo para atender as necessidades de todos. Tenho consciência que cada um aprende do seu jeito no seu tempo. Procuro valorizar as expressões e oralidade de cada um quando é possível, e

observo o avanço de acordo com a sua participação no decorrer dos dias. (MARIA, 2021)

Embora não temos recursos físicos e materiais pertinentes à educação desses alunos, procuro diferenciar as minhas atividades. Elaboro avaliações dinâmicas com jogos, músicas, historinhas e brincadeiras de forma que o aluno sintá-se feliz naquele ambiente. (V. C. da S., 2021)

Entendeu-se então, que os professores consideram a ludicidade como um meio que leva às crianças a aprendizagem, ou seja, através do brincar que elas vão aprendendo conteúdos, desenvolvendo a coordenação motora, a socializar-se e enfim, aprendem a desenvolver algumas habilidades. Percebeu-se que a cada ano as escolas, continuam recebendo as crianças com deficiência, e na maioria delas mantém a mesma postura, isolando essas das demais, privando-as de um verdadeiro ambiente escolar, de aprendizagem, como a prática de esporte, artes, desenhos, pintura, música, literatura, na verdade estão dificultando o processo de ensino aprendizagem. Quando a escola integra alunos com NEE, de forma a que as necessidades de todos os alunos sejam atendidas, é da responsabilidade do professor do ensino regular que este adequa, organiza e orienta o currículo para que a inclusão se concretize.

Há casos em que a dificuldade de aprendizagem tem que ser trabalhada com mais cautela, utilizando instrumentos que facilitem a comunicação com eles, e estimule-os sempre a comunicar-se por meio de fotografias, livros etc., tudo isso pode estimular a sua comunicação de forma bem mais significativa.

Nesse sentido, o estudo ratificou tanto a pertinência da formação continuada para os profissionais da educação, como a urgência de se pensar em um planejamento de ações articuladas para apoiar o docente no processo de inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula regular. Portanto, o professor deve estar preparado para fazer a diferença e levar sempre em consideração a realidade de cada aluno, ou seja, aproveitar o máximo o ambiente que ele está inserido para desenvolver aula dinâmica e acolhedora a todas as crianças e na sua metodologia tornar-se um professor mediador capaz de levar o conhecimento a todos os alunos, interagindo com eles para alcançar a aprendizagem desejada.

É evidente e necessário haver formação de professores que ajude na tarefa complexa que é gerir as aprendizagens dos alunos no mesmo espaço, de modo a que haja comunicação, interação e que todos sejam beneficiados.

Organizar projetos de intervenção com outros parceiros, da esfera da saúde, da reabilitação, do serviço social, é muito importante para que alguns alunos tenham deste modo, recursos imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

3.2 Desenho do estudo

Procurou-se facilitar a elaboração do estudo diante das indagações que norteiam a prática educativa docente visando os objetivos que se pretende alcançar, seguiu baseando-se numa abordagem interpretativa e qualitativa. Foi escolhido um estudo de caso realizado numa escola municipal onde os participantes foram professores que trabalham com alunos com NEE, PC, da rede pública municipal, especificamente do Ensino Fundamental I, 3º e 4º anos, três professores da mesma escola, além desses outros três foram entrevistados, profissionais especializados que atendem esses mesmos alunos em horário oposto no Centro de referência de atendimento e avaliação da cidade.

Tratando-se de um estudo de caso, esse exige sempre que se faça uma recolha de dados com diferentes fontes de informação para que se tenha uma análise mais apropriada do estudo, objetivando analisar o processo de inclusão de alunos com NEE, PC, na rede regular e de que forma acontece o processo educativo dessas crianças.

3.3 Caracterização do contexto escolar

A pesquisa foi desenvolvida tendo como campo uma escola pública da rede municipal, situada no município de Jaguarari na Bahia, a 407,09 Km de Salvador. Possui uma área de terreno de 1131.20 m² e área construída de 576.99 m². O prédio físico fica localizado a Rua Alfredo Viana S/N, no Centro da cidade.

Ao visitar a referida escola, foi analisado o PPP, Projeto Político Pedagógico e nele consta a Visão de ser uma escola de referência pela qualidade em educação, reconhecida pelos resultados do processo de ensino e aprendizagem. A missão desta unidade escolar é

assegurar um ensino de qualidade, para a permanência e sucesso do aluno, garantindo participação ativa na vida social.

A Escola é constituída por alunos do Ensino Fundamental I, nos períodos do matutino e vespertino, possui uma sala de recursos multifuncionais, embora não tenha recursos adaptáveis suficientes na sua maioria das vezes, procura acolher de maneira solidária todos os alunos com deficiência que se encontra em sala de aula comum.

Nesta unidade escolar é composta por turmas do 1º ao 5º Ano, especificando, são: 06 turmas de 1º Anos, 05 turmas de 2º Anos, 05 turmas de 3º Anos, 05 turmas de 4º Anos e 07 turmas de 5º Anos, totalizando 28 turmas e um quantitativo de 571 alunos matriculados, atualmente. Foi informado que a escola hoje tem um quantitativo de 28 alunos com NEE, desses 06 com paralisia cerebral, diagnosticados com laudo médico. Quanto aos docentes que compõem o quadro são 27 Professores e não docentes totalizam 18 pessoas.

3.3.1 Caracterização da população-alvo

A presente pesquisa teve como público alvo professores do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Floriano Peixoto com o apoio dos profissionais especializados do CAAEJ – Centro de Avaliação e Atendimento Especializado de Jaguarari, ambos situados na sede do município. Jaguarari fica localizada no Centro Norte baiano, é uma cidade serrana situada à margem da BR 407, entre os municípios de Juazeiro e Senhor do Bonfim, a 400 km de Salvador – BA. Possui uma área territorial de 2.569,6 km² e uma população aproximadamente de 35.000 habitantes.

A cultura do município de Jaguarari é diversificada, possibilitando o crescimento e desenvolvimento em vários aspectos, principalmente na área educacional que tem como principal objetivo atender a todos os alunos da rede municipal oferecendo condições reais para a sua aprendizagem. Atualmente o município tem 2.019 alunos matriculados no Ensino Fundamental I, 1.687 alunos matriculados no Ensino Fundamental II, 1.101 alunos matriculados na Educação Infantil e 241 alunos na modalidade EPJAI, Educação de Jovens e Adultos, totalizando um quantitativo de 5.048 alunos matriculados na rede municipal.

O critério utilizado para a escolha dos professores da referida escola do ensino fundamental I, bem como dos profissionais que atendem os mesmos alunos com NEE, PC,

foi à quantidade de alunos com essa mesma deficiência, que aumentam a cada ano na rede regular de ensino.

Sobre a população Rúdio (1980) diz:

A pesquisa científica não está interessada em estudar indivíduos isolados ou casos particulares. Seu objetivo é, antes, estabelecer generalização a partir de observações em grupos ou conjunto de indivíduos chamados de “população” (...) O termo população, usado no sentido vulgar indica apenas um conjunto de pessoas que habitam determinada área geográfica. Em pesquisa, o conceito é mais amplo. Designa totalidade de indivíduos que possui as mesmas características, definida para um determinado estudo. (p. 48)

Diante da afirmativa observou-se que a população consiste em uma totalidade de indivíduos que possuem características comuns tornando viável o estudo que fora realizado, pretendeu-se, obter respostas condizentes às características gerais do grupo de profissionais pesquisados.

3.3.2 Técnicas de recolha e análise de dados

O trabalho com a educação inclusiva nas unidades escolares deve estar pautado do contexto real, analisando e refletindo de que forma a escola está preparada para receber os alunos com NEE, de forma que possa garantir uma aprendizagem de qualidade possibilitando a integração entre educação regular e especial.

O estudo realizado permitiu-se uma reflexão acerca das representações docentes e como as mesmas interferem no processo inclusivo e educativo de crianças com NEE, PC.

Para utilizarmos o tratamento dos dados recolhidos, recorre-se a uma análise de conteúdo, técnica privilegiada, procurando compreender as relações existentes entre as mensagens produzidas e o contexto sócio-cultural no qual essas se desenvolvem.

“As boas entrevistas caracterizam-se pelo fato de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista.” (Biggs, 1986)

Foi utilizada entrevista semi-diretiva, de acordo com um guião previamente elaborado (anexo 3), com o objetivo de recolha de dados a partir das experiências vivenciadas pelos professores, promovendo maior interação entre o entrevistado e o entrevistador, em busca de mais informações e ou esclarecimentos.

Pretende-se conhecer a opinião de professores / técnicos ou profissionais que trabalham com crianças especiais, visando observar, conhecer, explorar informações a partir da prática diária com esse público.

Em análise, foi observado que os professores precisam de uma preparação mais adequada para trabalhar com alunos especiais. Os entrevistados responderam que não se sentem preparados para trabalhar com esse público e alegam que a falta de capacitação dificulta a sua prática pedagógica no que se refere ao trabalho com alunos especiais.

3.3.3 *Análise documental*

A análise documental é realizada a partir de documentos previamente pesquisados de acordo com o tema em estudo. Esses documentos podem ser escritos ou não de forma que as fontes sejam verídicas como é o caso de documentos oficiais (leis, decretos, relatórios) programas, planos, projetos, livros, artigos, fotos, filmes, enfim para o bom desenvolvimento de estudo de campo o pesquisador poderá coletar, analisar e compreender suas fontes de informação.

Destarte retomando os questionamentos acerca da análise documental, Richardson et al (1999, p. 230) consideram algumas semelhanças na metodologia utilizada na análise documental e na análise de conteúdo. Entretanto percebe também a existência de algumas dessemelhanças, a saber: “a análise documental trabalha sobre documentos. A análise de conteúdo sobre as mensagens; a análise documental é essencialmente temática, sendo essa apenas uma das técnicas da análise de conteúdo.” (RICHARDSON et al, 1999, p. 230)

Com o intuito de analisar os documentos coletados para o enriquecimento da pesquisa de forma a identificar as problemáticas existentes como conhecer as barreiras existentes que dificultam a inclusão de crianças com NEEPC na escola regular, o perfil dos educadores que trabalham com crianças especiais, foi observado ainda às áreas em que as crianças com PC demonstravam maiores dificuldades e outras nas quais apresentavam melhor desempenho através das atividades de rotina propostas pelo professor.

Hébert et al. (2010) considera que “para estabelecer uma articulação entre o “mundo empírico” e o “mundo teórico”, o investigador, (...) deve (...) selecionar um modo de pesquisa, uma ou mais técnicas de recolha de dados e um ou vários instrumentos de registro dos dados”. (p. 141)

Foi solicitada à Direção das Escolas a pasta dos alunos com diagnóstico em PC, ou seja, aqueles com o parecer médico comprovado, as fichas dos professores e ou Profissionais que os atendiam, objetivando o máximo de informação possível sobre a criança e o professor com o intuito de perceber a sua problemática, conhecê-la e discutir as suas principais necessidades.

Um breve relatório foi encontrado em forma de síntese individual, que também serviu de subsídio para o aprofundamento dos estudos. Além desse, foi analisado o PPP da Escola, o Plano de Ação Anual, foi feita a análise da metodologia adotada pelos professores, o método de avaliação, o regulamento interno da escola e o decreto lei que rege a educação inclusiva brasileira atualmente.

3.3.4 *Entrevista*

A pesquisa pautou-se de um estudo através de entrevista semidiretiva com três professores do ensino fundamental I de uma instituição de ensino regular e com três profissionais que trabalham em um Centro de Avaliação e Atendimento Especializado, que proporcionou uma análise entre a teoria e a prática.

O estudo tem como objetivo descobrir como ocorre o processo de inclusão de crianças com NEE, paralisia cerebral, na sala regular, assim como ocorre o processo educativo.

Para a realização da entrevista foi contatado a Direção de cada instituição, solicitando previamente autorização para inquirir professores que trabalham com crianças com PC em sala regular. Para oficializar, formalmente, foi entregue uma carta de autorização ao representante com o objetivo de concessão de entrevistas àqueles profissionais que tivesse a disponibilidade para participar. Os formulários de entrevista foram entregues aos professores na escola na qual trabalham e teve a devolutiva de uma hora depois.

Capítulo IV: Análise e Interpretação dos resultados

Os resultados dos estudos permitiram uma reflexão acerca da importância da formação dos docentes na área da educação especial no processo de inclusão, de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE, paralisia cerebral na sala regular.

Inicialmente foi apresentado um formulário a ser preenchido pelos docentes entrevistados, relacionados aos dados pessoais e profissionais. De acordo com esses dados, observou-se que a maioria dos entrevistados respondeu que não tinham formação específica na área da educação especial, por isso afirmam que sentem dificuldades para trabalhar com alunos especiais. Porém, compreendem que a educação inclusiva é capaz de acontecer e afirmam que esta já acontece na escola, pois na maioria das vezes conseguem interagir com os alunos através de algumas atividades propostas, como por exemplo, trabalhando com o lúdico, tecnologias assistivas, instrumento de baixa tecnologia percebeu-se que há melhor interação dos alunos com os seus pares. Reforçam que a escola é inclusiva porque recebe todos os alunos no seu ambiente da mesma forma sem discriminação e procura atender as medidas de apoio pedagógico, as adaptações curriculares, as novas adequações no processo de avaliação e ensino ajudando no progresso desses alunos.

Foi verificado que na escola observada ainda falta acessibilidade para os alunos com NEEPC em alguns ambientes físicos, como a presença de barreiras dificultando a movimentação desses alunos em determinados locais, como banheiros, algumas salas de aula, pátio, etc. Foi sugerida à Direção da escola uma visita técnica de um engenheiro para analisar as barreiras encontradas e possíveis encaminhamentos ao poder público municipal para a resolução dos problemas. Por ser uma escola muito antiga e considerada patrimônio do município é necessário um projeto arquitetônico. Além dessa situação, os docentes relataram sobre a falta de material didático / pedagógico adequado às necessidades dos alunos com PC e da necessidade de formação continuada na área, para os educadores.

Sabemos que as exigências educativas contemporâneas são crescentes e estão relacionadas a diferentes dimensões da vida pessoal, profissional e afetiva dos indivíduos. O campo educacional tem que atender a todos na sua diversidade, para tanto é respaldada por lei uma resposta inclusiva onde todos devem aprender em pé de igualdade.

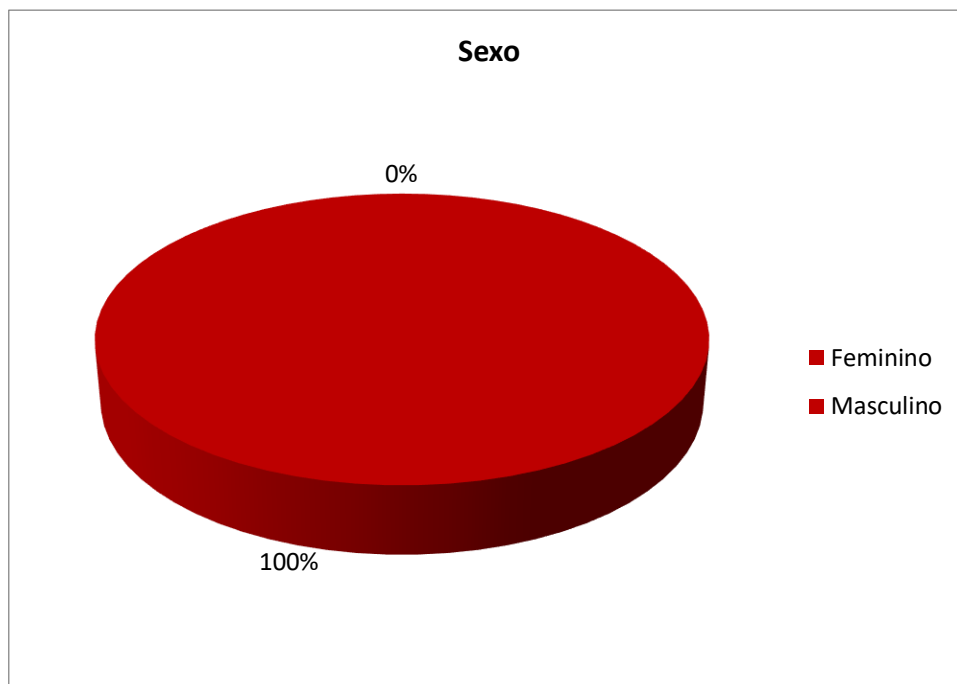
Os alunos do ensino regular, com necessidade especial é oferecido um Atendimento Educacional Especializado em contra turno da aula em outro espaço físico, não formal, um Centro de atendimento especializado para essas crianças com material adaptados, recursos de acessibilidade e alguns equipamentos específicos.

Foi constatado que cada sujeito tem as suas limitações e apresenta características próprias, constituídos por diversidades, interesses e ritmos de aprendizagem, portanto, a reflexão que ficou é que o principal papel da escola hoje é desconstruir a ideia e a prática de exclusão que ainda é visível em alguns aspectos, criar projetos de inclusão com a participação de toda a comunidade escolar, com o propósito de criar um novo conceito de inclusão, e continuar buscando alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior.

4.1. Inquérito com questões fechadas

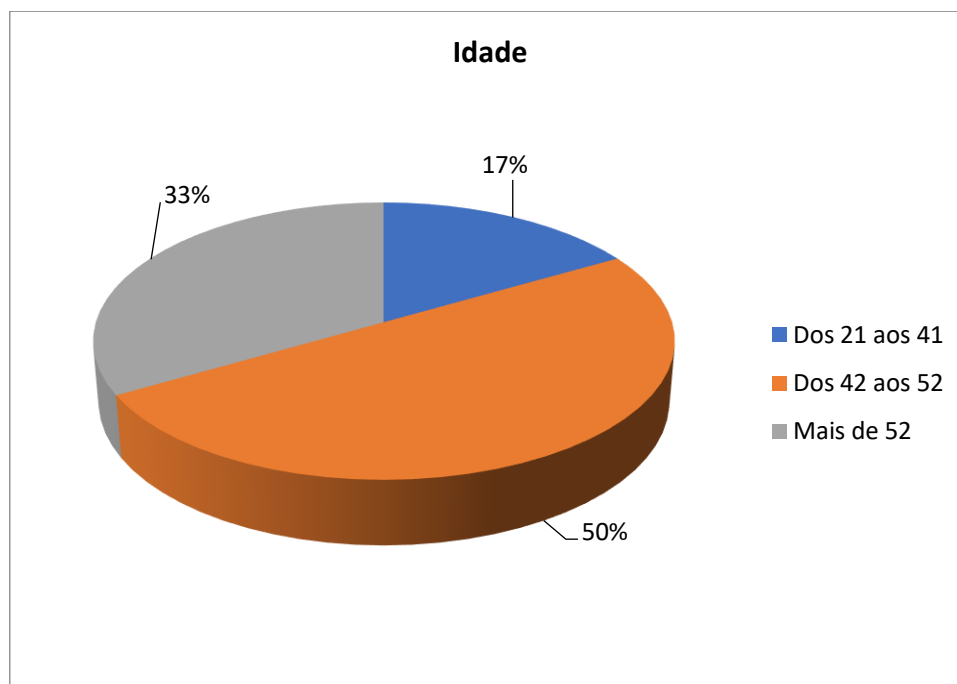
Perguntas fechadas direcionadas a todos os entrevistados, professores, técnicos, profissionais especializados.

Gráfico 1 – Gênero



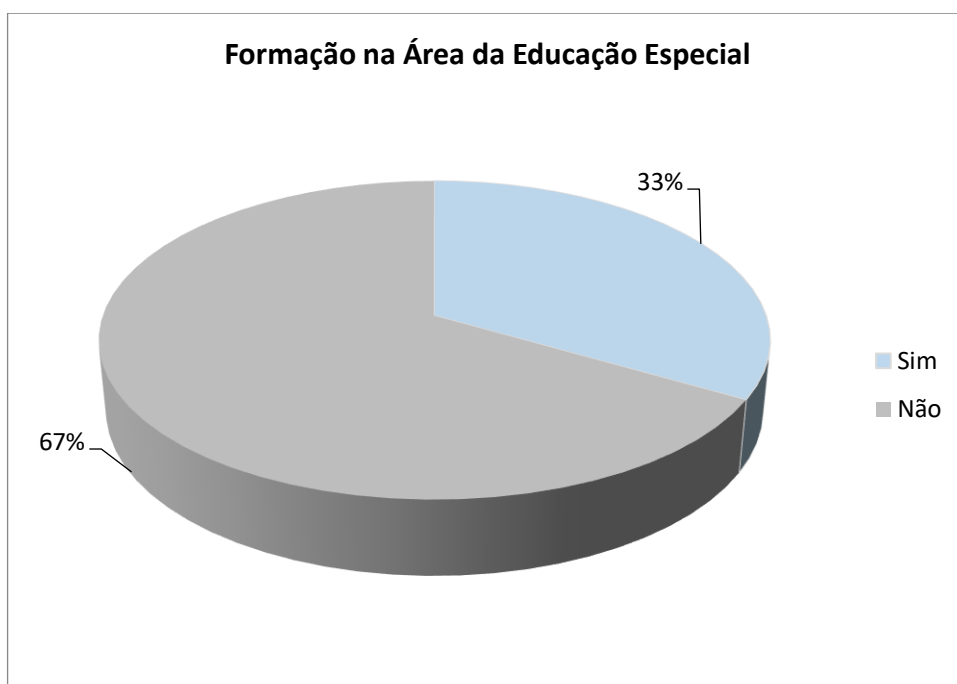
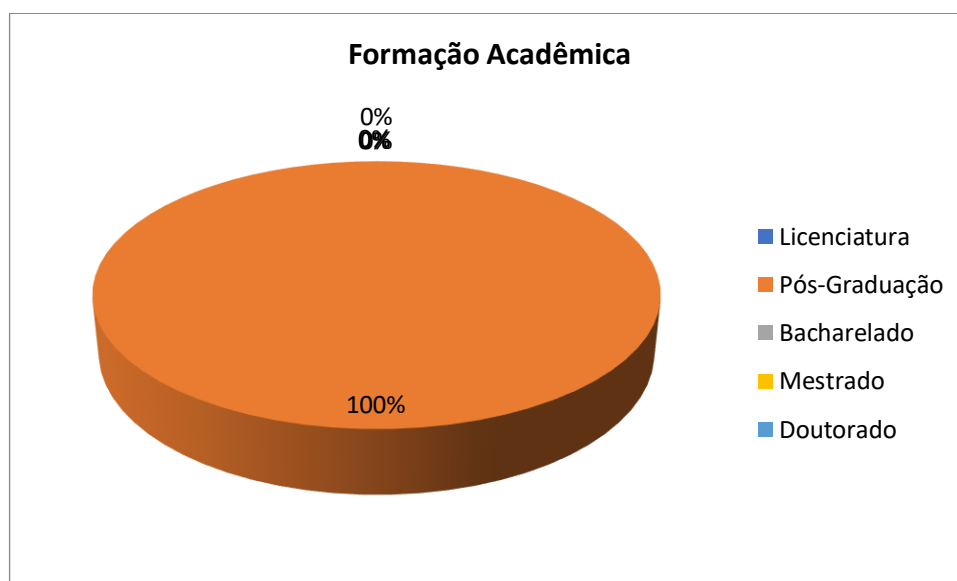
Na questão relacionada ao gênero, permite saber que todos os entrevistados são do gênero feminino. É importante salientar que os dados apresentados referem-se ao período em estudo.

Gráfico 2 – Grupo etário



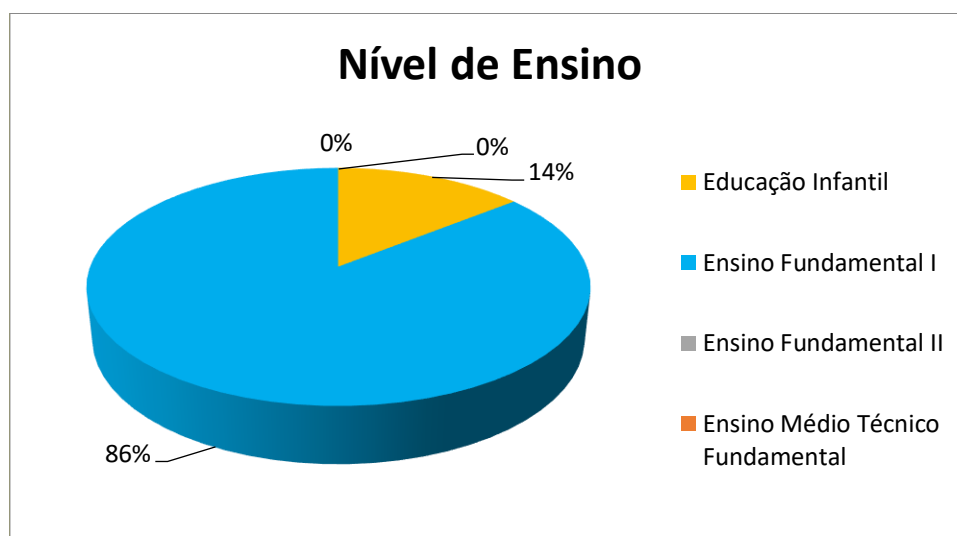
No grupo etário dos entrevistados foi observado que os a maioria deles tem idade compreendida entre 42 aos 52 anos, esses ocupam 50%, com mais de 52 anos ocupam apenas 33%, e os de 21 a 41 anos ocupam 17%. Contudo, percebe-se que os mais jovens hoje ocupam menos espaço na atuação como educadores na escola em estudo.

Gráfico 3 e 4



Embora todos os inquiridos (gráfico 3) tenham formação acadêmica em nível de pós-graduação, foi identificado que a maioria desses não possui formação específica na área da Educação Especial (gráfico 4).

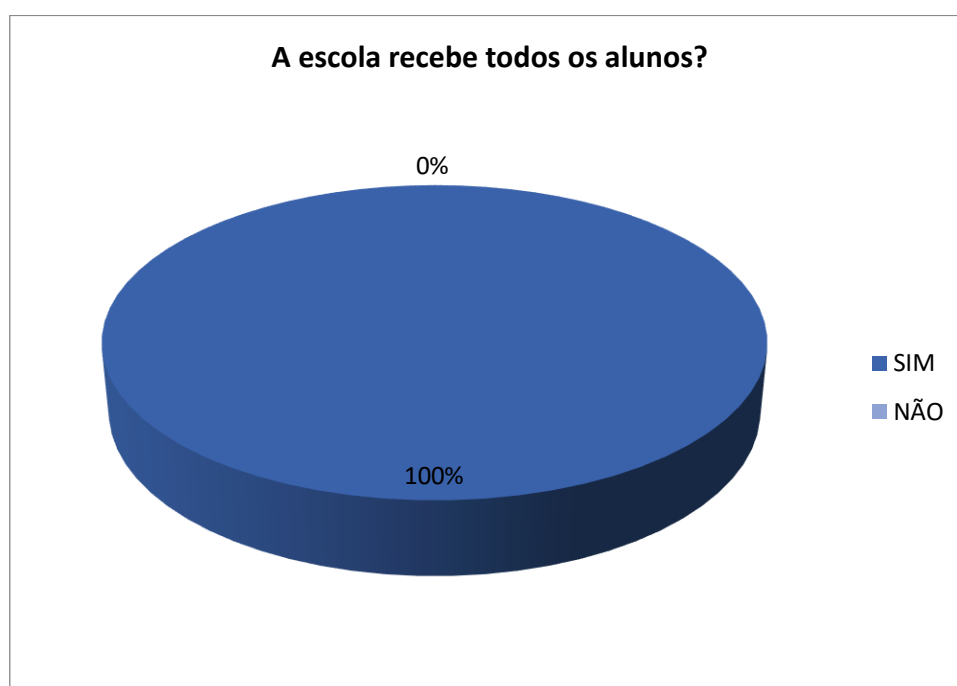
Gráfico 5 – Nível de ensino

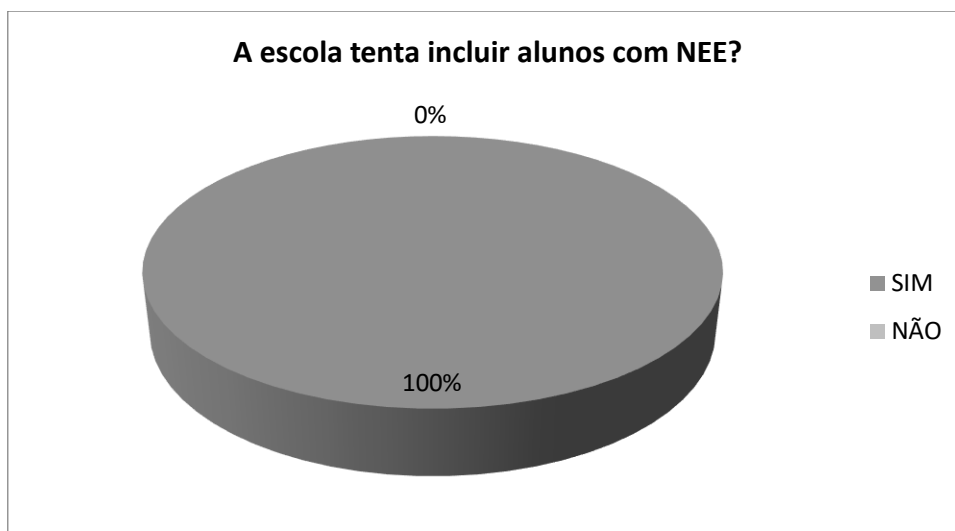


Os participantes da pesquisa em questão atuam na sua maioria, nas turmas do Fundamental I (1º ao 5º Ano) ocupando a Educação Infantil, apenas 14 %.

Gráfico 6 e 7

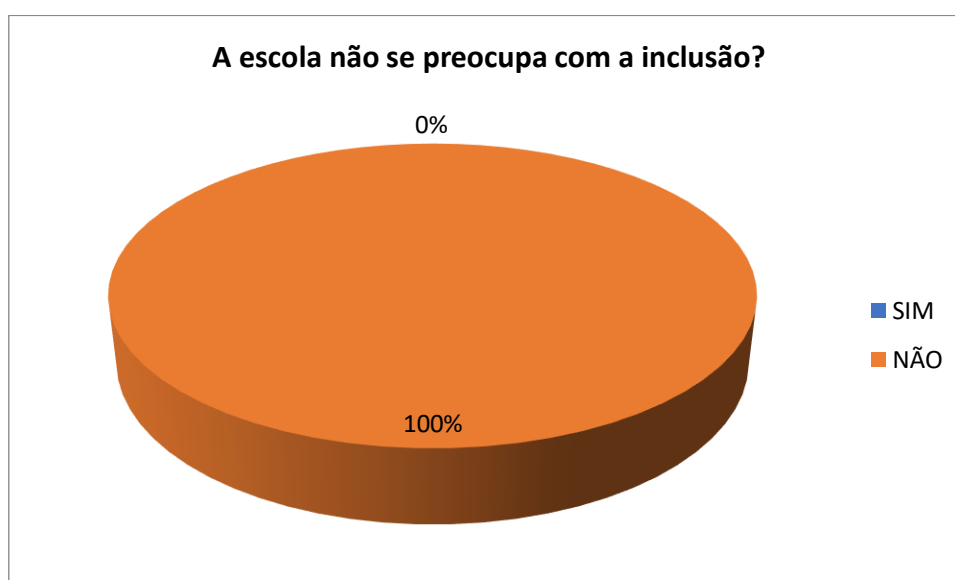
Com o objetivo de analisar o resultado dos estudos feitos quanto às indagações apontadas no formulário dos inquiridos os gráficos abaixo apresentam:





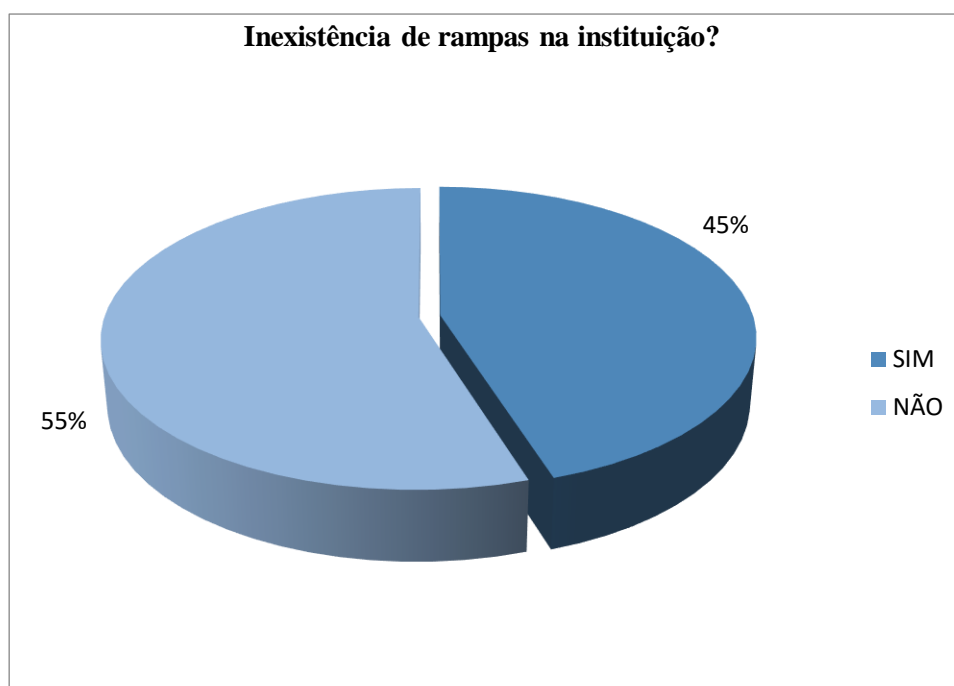
Pela abordagem dos gráficos acima (gráfico 6) foi constatado que a Escola recebe todos os alunos. Procuram atender da melhor forma possível aos que mais precisam de apoio, demonstrando estarem abertos às novas adequações para incluir crianças com NEE (gráfico 7) na sala regular e facilitar o acesso e progresso desses alunos.

Gráfico 8



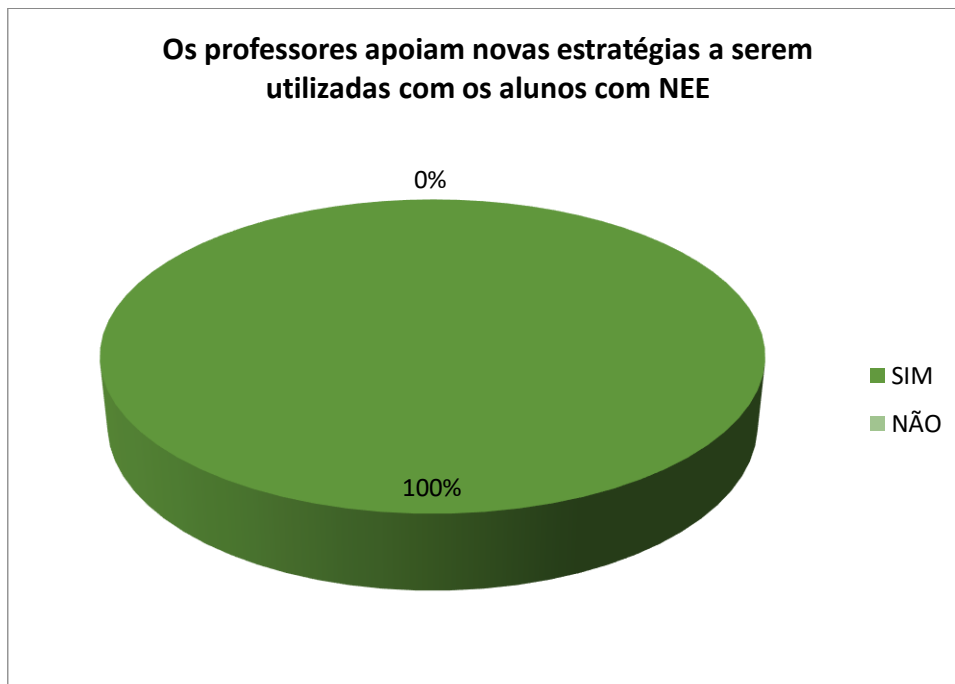
Observou-se no decorrer dos estudos que a referida escola preocupa-se em criar situações de inclusão para facilitar o processo educativo de crianças com NEEPC a partir do momento que a mesma busca resolver os problemas que impedem o acesso dessas crianças na escola, adequando o espaço físico e orientando os docentes quanto à prática pedagógica para facilitar a aprendizagem deste público.

Gráfico 9



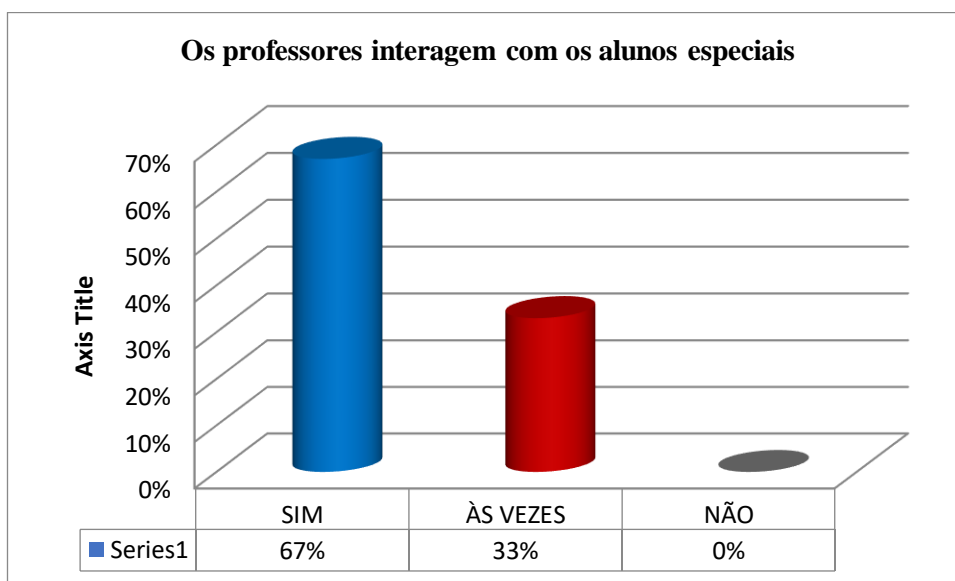
Pode-se apurar que ainda existem barreiras físicas que impedem o acesso de alunos “cadeirantes” em algumas repartições da escola, como: acesso a entrada da escola, ao banheiro, ao refeitório que fica próximo a cozinha, porém já foram projetadas melhorias arquitetônicas que irão viabilizar o acesso a todos.

Gráfico 10



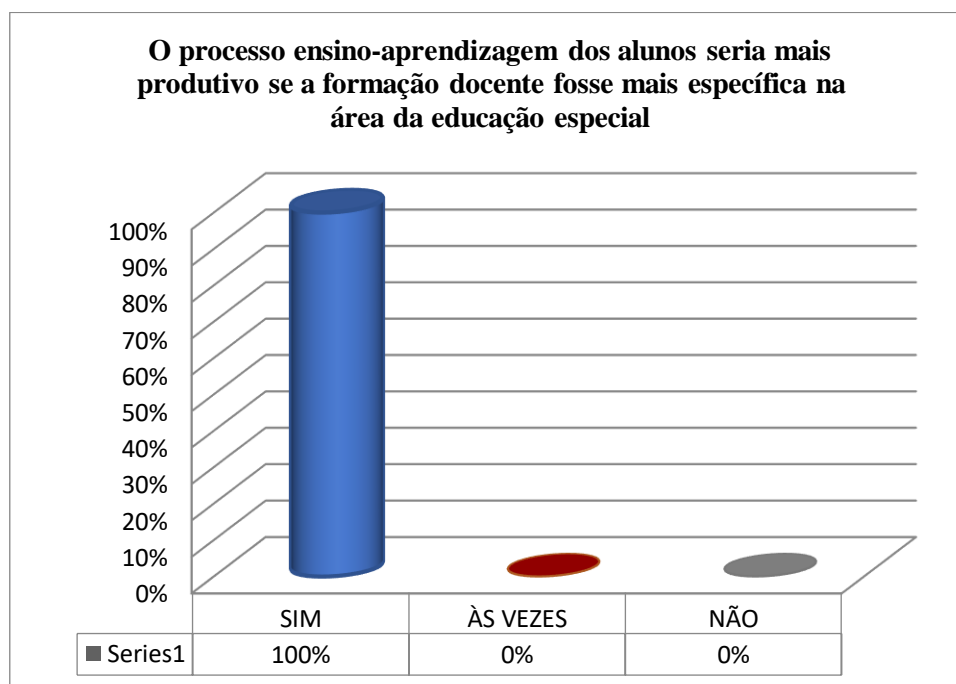
De acordo com a análise do gráfico acima os inquiridos aprovam utilizarem de novas estratégias viabilizando melhorar o progresso e a interação dos alunos com os seus pares e também com o educador.

Gráfico 11



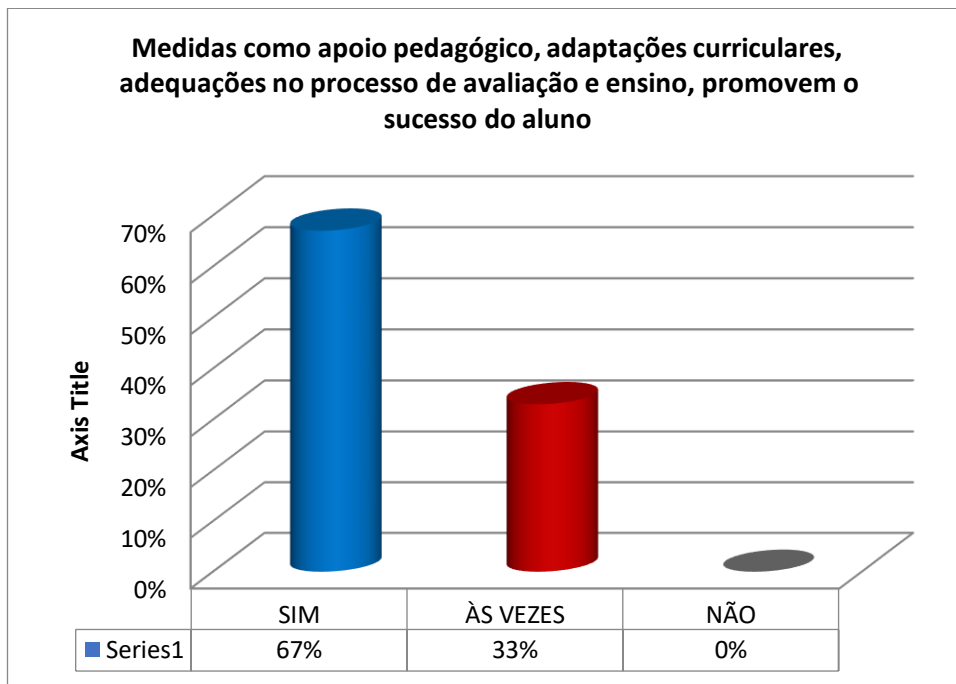
Constata-se de acordo com os dados obtidos que os inquiridos concordam que conseguem interagir com os alunos na maioria das vezes, quando estão trabalhando com atividades lúdicas, pois conseguem melhor participação, interação e progresso na aprendizagem desses.

Gráfico 12



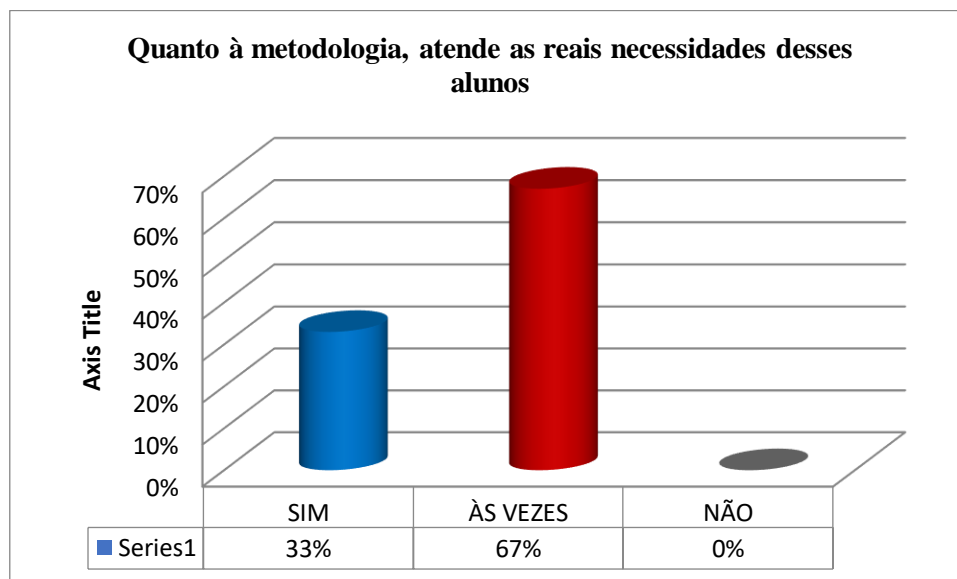
Percebe-se que a formação específica na área é muito importante para melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos com NEE, pois o educador sente-se mais preparado em termos de conhecimentos e mais seguro quanto a sua prática pedagógica. Portanto, os estudos e os estágios vivenciados no período de formação são essenciais para a troca de experiências positivas e negativas.

Gráfico 13



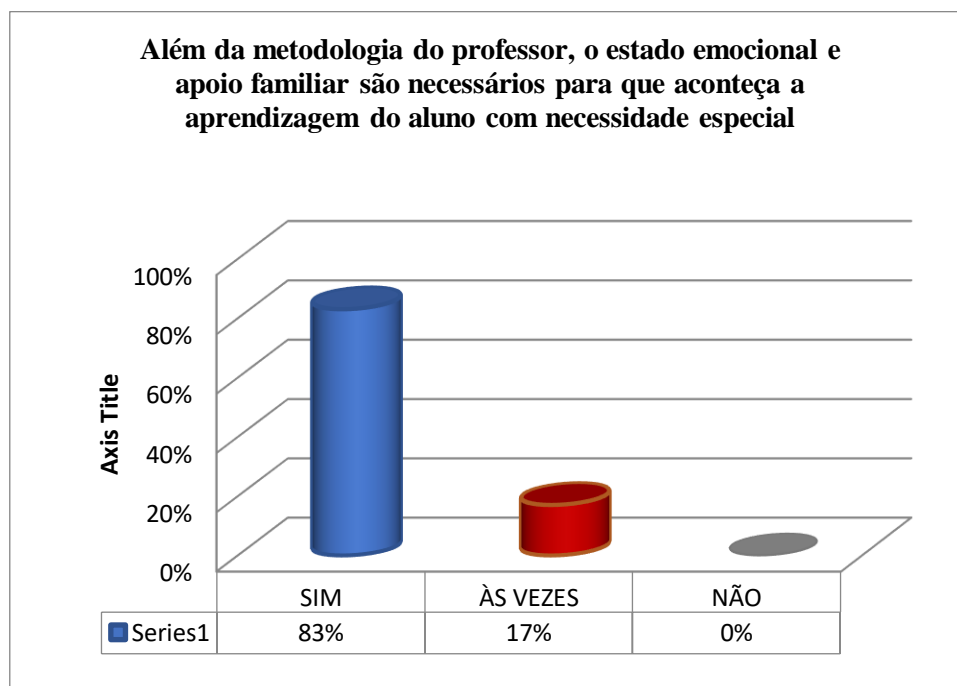
Certifica-se de acordo com o resultado dos dados obtidos, que os inquiridos concordam na maioria das vezes que a prática pedagógica e novas estratégias de ensino influenciam positivamente na aprendizagem dos alunos.

Gráfico 14



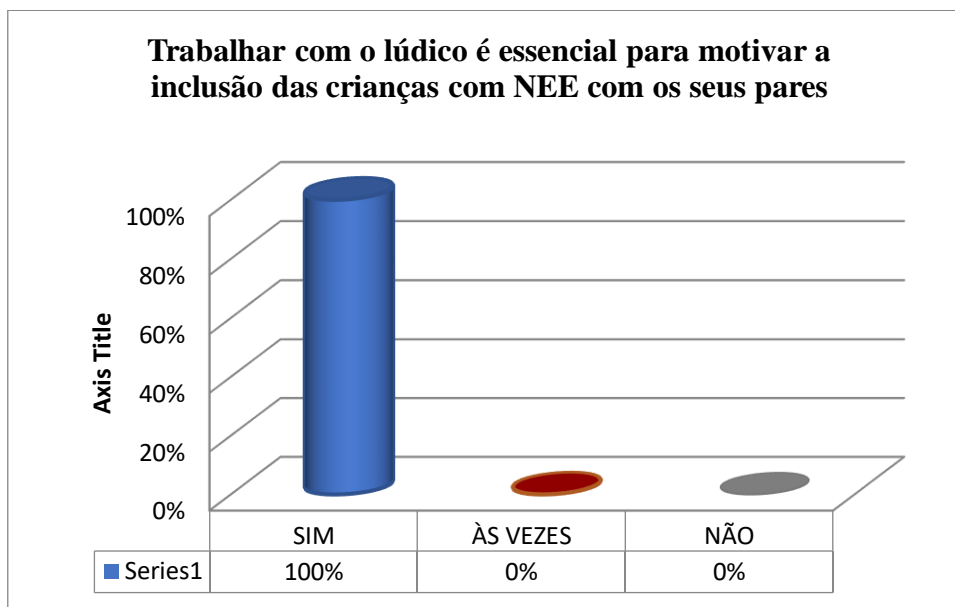
Foi observado que a metodologia adotada pelos professores da referida escola, às vezes elaboram atividades que atendem as reais necessidades dos alunos, pois relatam que sentem dificuldade para avaliar o progresso das crianças com PC. Muitas vezes chegam a utilizar da mesma atividade que se aplica aos demais alunos da sala regular.

Gráfico 15



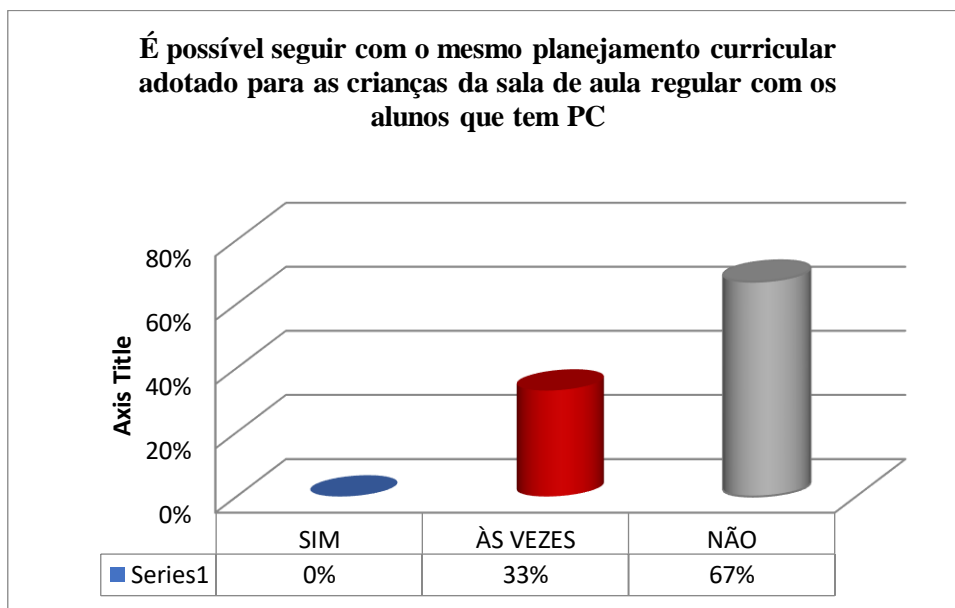
Os alunos com NEE que recebem atenção da família, da escola e comunidade, desenvolvem com mais aptidão as suas atividades. O apoio emocional é algo muito importante que deve ser mantido sempre como forma de incentivo ao desempenhar suas tarefas, pois se sentem mais valorizados e motivados a aprender.

Gráfico 16



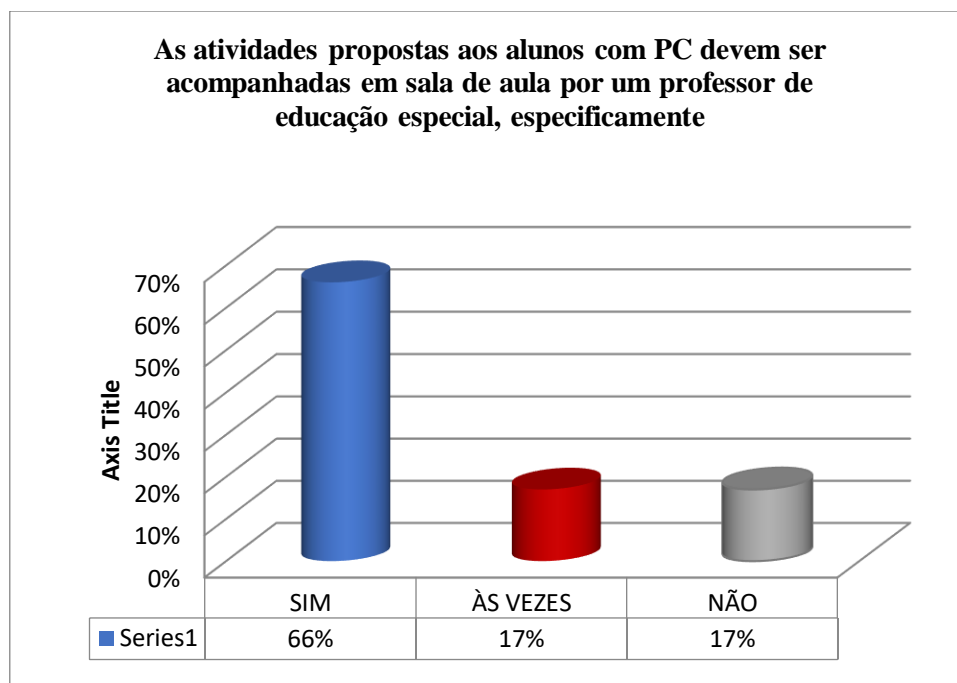
Nota-se que as atividades lúdicas chamam atenção de qualquer criança, contribuindo com a interação dos seus pares, despertando a curiosidade, favorecendo o conhecimento do objeto, desenvolvendo a coordenação motora, cognição e a linguagem.

Gráfico 17



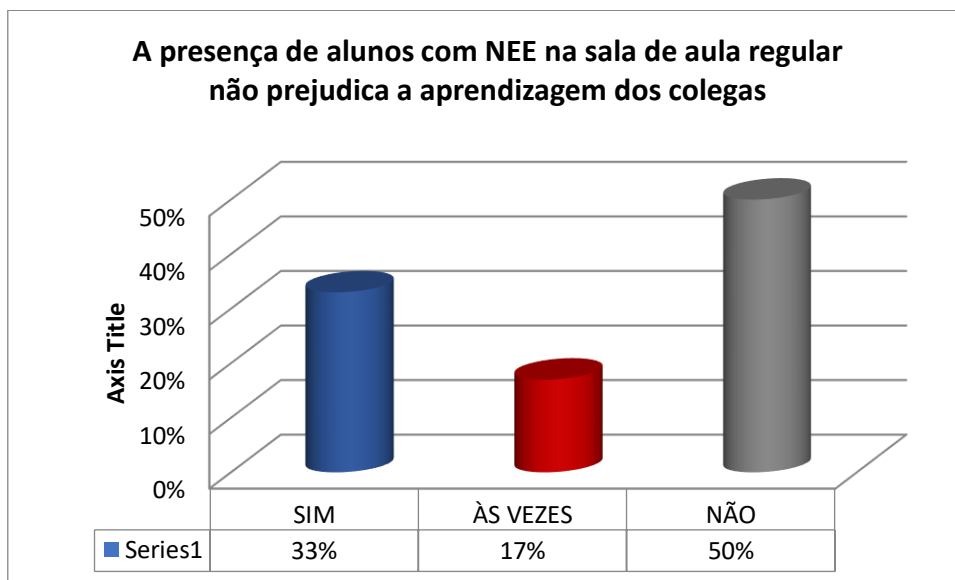
Ao analisar os dados do gráfico acima podemos constatar que a escola não deve seguir com o mesmo planejamento curricular adotado aos alunos da sala regular com os alunos com NEE, paralisia cerebral, o currículo deve ser flexível, adaptável e diferenciado, haja vista as limitações de cada indivíduo. A escola precisa adequar-se à realidade do público que atende, e a mesma precisam compreender que ninguém é igual a ninguém e deve-se respeitar o tempo de aprendizagem de cada um de acordo com os seus limites.

Gráfico 18



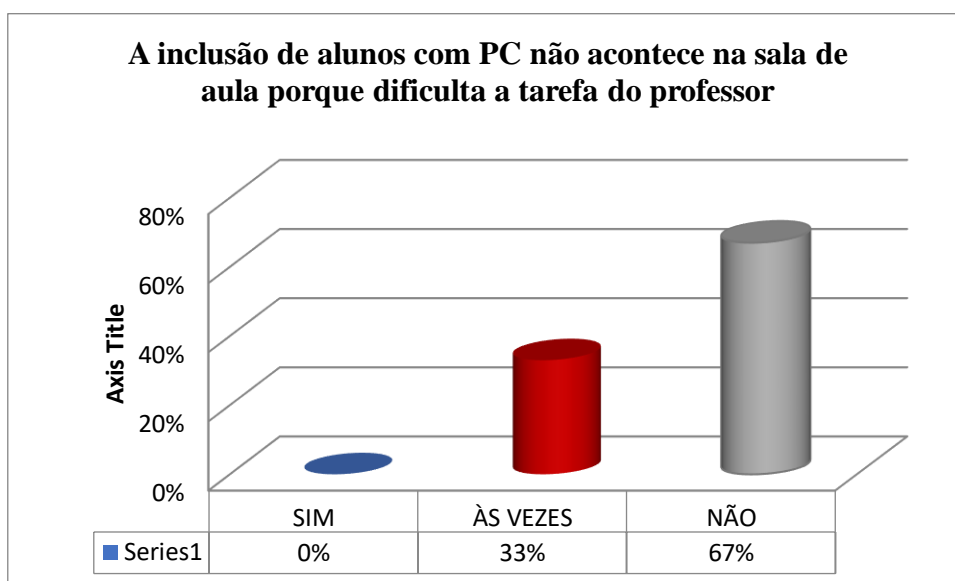
Pode-se verificar que os participantes da pesquisa revelam ter maior facilidade em aprender quando são acompanhados em sala de aula por professores qualificados na área da educação especial, visto que esses possuem mais habilidades e experiências para atender o público com NEE.

Gráfico 19



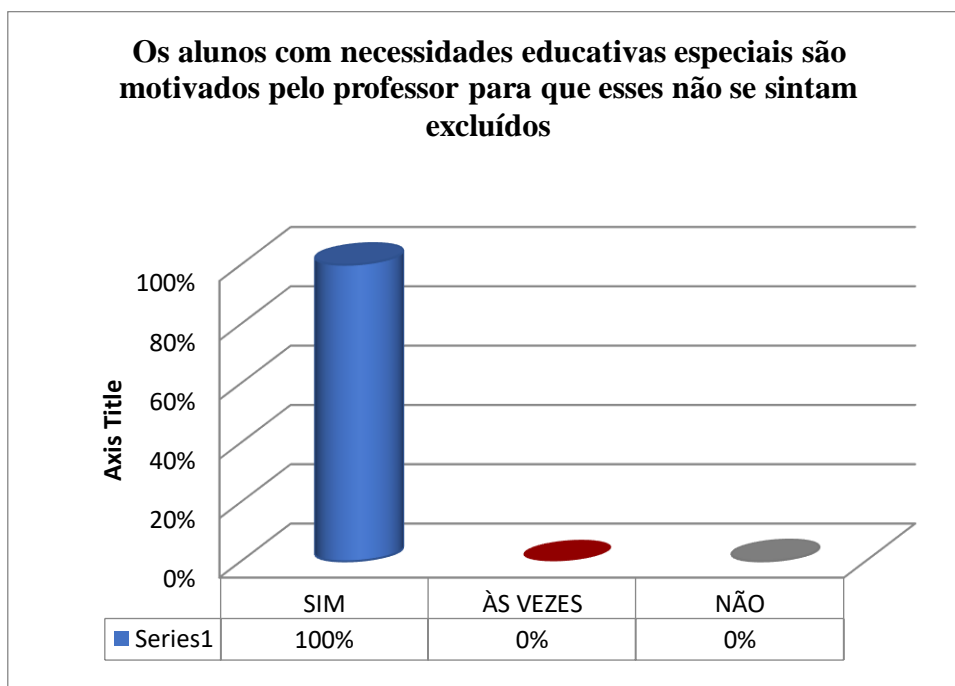
Em análise ao gráfico anterior pode-se constatar que a presença de alunos com NEE não interfere na aprendizagem dos outros alunos. Salienta-se, pois, que de certa forma a presença de alunos com NEE, motiva as outras crianças nas atividades possíveis, tornando-as mais sensíveis aos colegas no aspecto de colaboração e solidariedade.

Gráfico 20



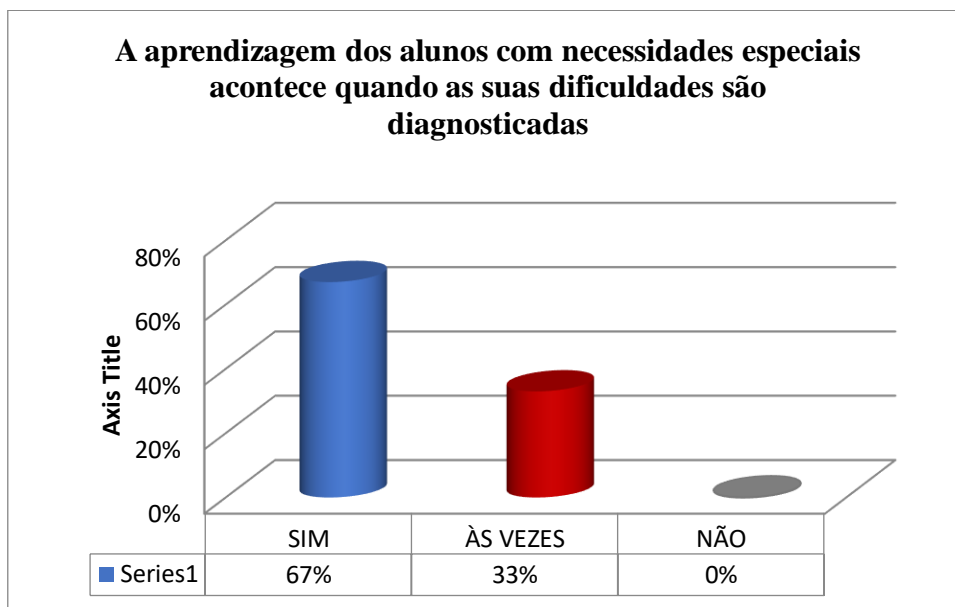
Com o resultado acima se pode comprovar que a inclusão de alunos com paralisia cerebral na sala de aula não interfere de forma negativa o trabalho desenvolvido pelo professor. O professor é visto como mediador da sua práxis, pois faz o seu trabalho com dedicação e proeza, uma vez que este é formador de opinião e se dispõe a modificar a sua prática para melhor alcançar os seus objetivos.

Gráfico 21



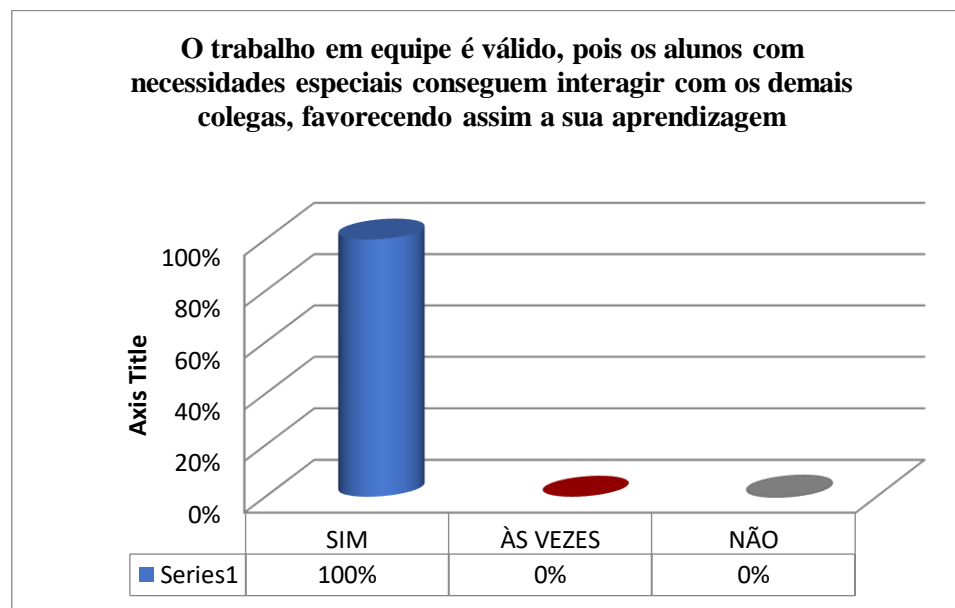
Ao avaliar o quadro acima os inquiridos comprovam que utilizam de estratégias, métodos e técnicas para motivar os seus alunos com NEE a não se sentirem excluídos. O professor que se dispõe a mudar a sua metodologia para melhor atender os seus alunos, este profissional é visto como comprometido, que busca alternativas para atender o seu público da melhor maneira possível ajudando-os a superar todas as barreiras que impedem o seu progresso.

Gráfico 22



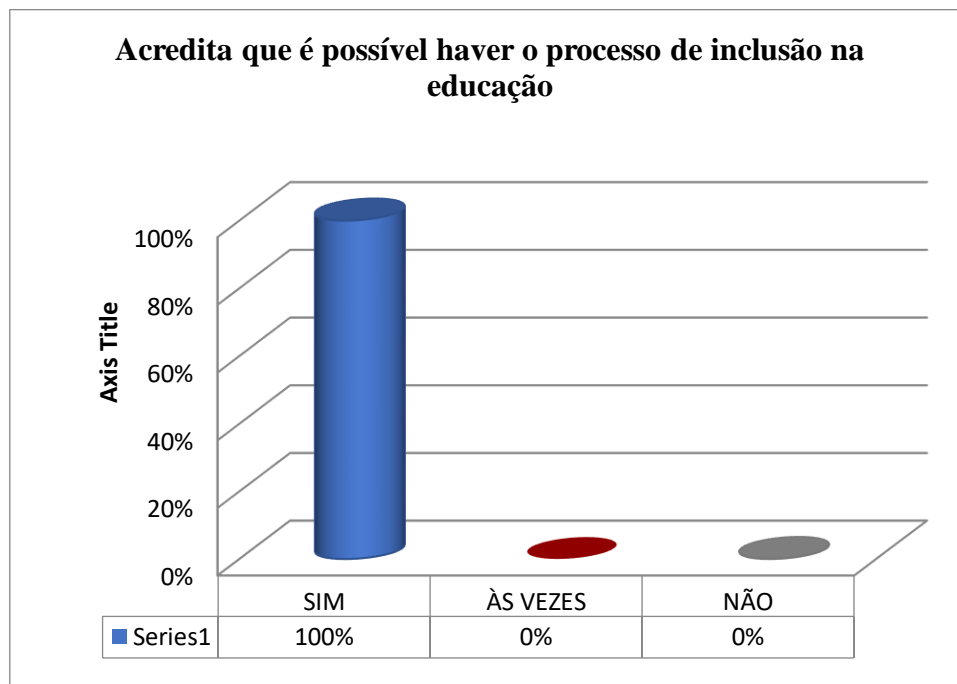
Pela abordagem do gráfico anterior nota-se que quanto mais se consegue detectar as dificuldades que impedem a aprendizagem dos alunos com NEE, mais facilmente se alcança o sucesso da sua aprendizagem.

Gráfico 23



De acordo com a análise do gráfico 23, constatou-se que o trabalho em equipe é o meio facilitador de superação de barreiras. Quando bem organizado e orientado pelo professor/mediador promove a integração entre os alunos com NEE e a classe, contribuindo com o desenvolvimento pessoal de cada membro participante.

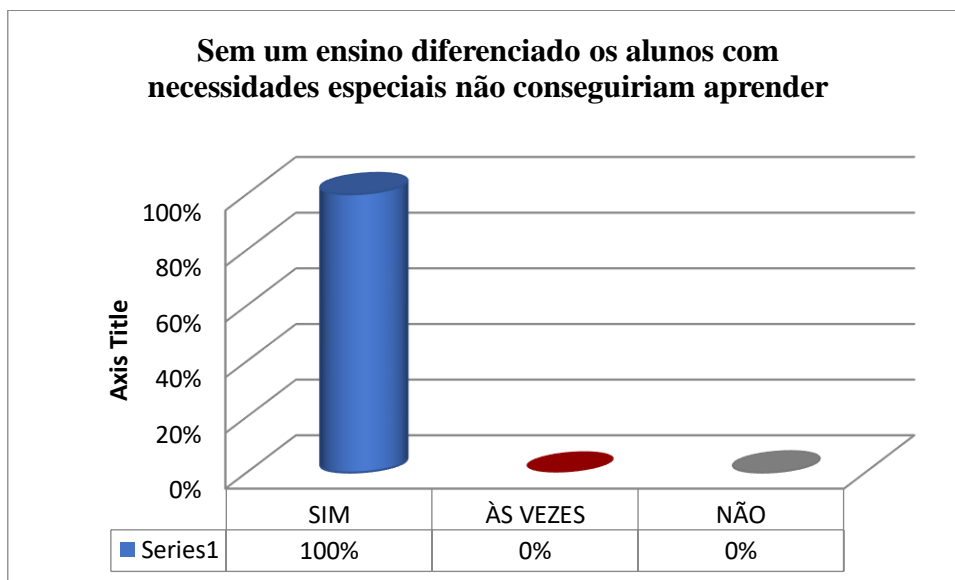
Gráfico 24



No que concerne a opinião dos 100% dos inquiridos os mesmos avaliam que é possível haver o processo de inclusão na educação.

Enfatizam que na escola em estudo já existem práticas inclusivas que favorecem a aprendizagem dos alunos portadores de NEE, pois oferecem atendimento especializado com profissionais específicos da área (fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo). Embora esses atendimentos aconteçam em outro espaço físico, fora da escola, ressaltam que também foi de iniciativa da escola criar salas de recursos mais conhecidas como AEE, com o objetivo de facilitar o processo de inclusão e progresso desses alunos.

Gráfico 25



No que se refere aos dados do gráfico acima, destaca-se que todos os inquiridos afirmaram que os alunos com NEE só conseguem aprender quando o ensino é diferenciado. E como é esse ensino diferenciado? Com o uso de tecnologias assistivas, comunicação alternativa, instrumentos de adaptação e novas adaptações curriculares, a aprendizagem desses alunos torna-se mais facilitada, pois desenvolve a autoconfiança, o senso de independência, fatores importantes para os pais, professores e alunos.

4.2 Resultado das grelhas de observação feitas com os alunos com NEEPC

Foi apresentada uma grelha de observação que foram preenchidas a partir das observações feitas pelos entrevistados durante às aulas.

Considerando os pontos descritos na grelha, as questões que foram pontuadas referem-se à educação inclusiva de crianças com necessidade especial, com paralisia cerebral na sala regular, sobre o registro das suas habilidades, comportamentos e interação com os seus pares, assim como as dificuldades apresentadas durante o estudo.

Objetivando analisar o comportamento e desenvolvimento de cada criança, participante do estudo, foi possível verificar semelhanças entre elas, pois na maioria das vezes demonstraram ausência em diversas questões observadas tais como no

desenvolvimento perceptivo: Visual, auditivo, tátil, espacial geral, espacial gráfica, temporal, quanto ao desenvolvimento da motricidade à maioria mostrou-se ausente, nos diversos aspectos: movimentos e coordenação geral.

Finalizada a etapa de entrevista e análise das grelhas foi apresentada a seguir a tabela com os dados das observações feitas.

PERCEPÇÃO VISUAL			
ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Segue com o olhar a trajetória de um objeto	4	2	
Discrimina intensidade de luz	1	5	
Conhece as formas dos objetos e agrupa-as	4	2	
Discrimina cores primárias	3	3	
Discrimina cores secundárias	3	3	
Discrimina matizes de cores	2	4	
Percebe o que falta em figuras incompletas	2	4	
Capta detalhes em gravuras	3	3	
Percebe erros em desenhos	2	4	
Identifica semelhanças de objetos, desenhos...	3	3	
Identifica diferenças de objetos, desenhos...	3	3	

PERCEPÇÃO AUDITIVA			
ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina sons	4	2	
Discrimina intensidade de sons	4	2	

Localiza de onde vem o som	6	0	
Reproduz tonalidade musical	2	4	
Reproduz canções	3	3	
Discrimina fonemas	2	4	

PERCEPÇÃO TÁTIL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina pelo tato partes do corpo, objetos, materiais...	2	4	
Discrimina pelo tato formas geométricas manipuláveis	1	5	
Discrimina objetos pela sua textura	1	5	
Discrimina diferentes sabores, odores...	2	4	
Discrimina movimentos do próprio corpo	3	3	

PERCEPÇÃO ESPACIAL GERAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina dentro/fora	3	3	
Discrimina por/tirar	2	4	
Discrimina fechar/abrir	4	2	
Discrimina pequeno/médio/grande	4	2	
Discrimina alto/baixo	4	2	
Discrimina acima/abaixo	4	2	
Discrimina cheio/vazio	3	3	
Discrimina gordo/magro	4	2	
Discrimina perto/longe	3	3	
Discrimina curto/cumprido	2	4	
Discrimina igual/diferente	3	3	
Discrimina largo/estrito	2	4	
Discrimina rápido/lento	2	4	
Discrimina frente/atrás	3	3	
Discrimina de lado, no meio/ em frente	2	4	
Discrimina princípio/fim	2	4	
Discrimina avesso/direito	2	4	
Discrimina direita/esquerda	2	4	
Discrimina direções	2	4	
Discrimina formas geométricas	2	4	
Soluciona quebra-cabeças	2	4	

PERCEPÇÃO ESPACIAL GRÁFICA

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina figuras geométricas	2	4	
Associa figuras simétricas	2	4	
Associa diferencialmente as letras e numerais disléxicos	2	4	
Identifica lugares reais	2	4	
Discrimina figuras geométricas de 3 dimensões	2	4	
Discrimina figura fundo em desenhos	2	3	1 Em desenvolvimento

PERCEPÇÃO TEMPORAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina dia/noite	4	2	
Discrimina antes/agora/depois	2	4	
Discrimina manhã/tarde/noite	2	4	
Discrimina dias da semana	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina mês	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina ano	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina meses do ano	1	5	
Discrimina estações do ano	1	5	
Discrimina década/século/milênio	1	5	

DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE

MOVIMENTOS E COORDENAÇÃO GERAL			
ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Controla a cabeça	4	2	
Mantêm-se sentado(a)	4	1	1 Com apoio, alguém segurando
Gatinha	1	5	
Põe-se de pé	3	3	
Caminha com apoio	3	3	
Corre	0	6	
Salta	0	6	
Sobe escadas	0	5	1 Com apoio
Desce escadas	0	5	1 Com apoio
Dá pontapés na bola	3	3	
Anda de bicicleta	0	6	
Realiza respiração torácica e abdominal	4	1	1Em desenvolvimento
Relaxa os diversos membros do corpo	2	3	1Em desenvolvimento
Domina movimentos e coordenação dos vários membros conjuntamente	0	6	
Supera obstáculos em gincanas	0	6	

HÁBITOS DE INDEPENDÊNCIA PESSOAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Come pão com as mãos	4	2	
Segura uma chávena	2	4	
Bebe sozinho(a) com um copo	3	3	
Come sozinho(a)	3	3	
Controla os esfíncteres	2	4	
Utiliza o sanitário de forma independente	0	6	
Calça os sapatos	0	6	
Calça as meias	0	6	
Veste-se sozinho (a)	0	6	
Abotoa	0	6	
Desabotoa	0	6	
Aperta os cordões	0	6	
Penteia-se	0	6	
Assoa o nariz	0	6	
Lava a cara e mãos	1	5	
Corta as unhas	0	6	
Anda sozinho na rua	0	6	
Utiliza autonomamente os meios de transporte	0	6	

ESQUEMA CORPORAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Localiza as partes do corpo	4	2	
Diz para que serve as diferentes partes do corpo	1	5	
Aplica conceitos espaciais (em si, no outro...)	1	5	
Percebe e reproduz estruturas rítmicas	1	4	1 Lentamente
Mantém o equilíbrio	0	5	1 Algumas vezes
Expressa corporalmente diferentes estados de ânimo	3	3	
Realiza ações	3	3	

COORDENAÇÃO MANUAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Mantém objetos na mão	2	4	
Pega objetos com a mão	3	3	
Realiza oposição digital	1	5	
Domina os movimentos da mão	2	4	
Coordena os movimentos dos dedos	1	5	
Coordena os movimentos viso-digitais	1	5	

COORDENAÇÃO GRAFO-MOTORA (PRÉ-ESCRITA)

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Realiza traços livres com dedo e mão	2	4	
Realiza traços com instrumentos	1	5	
Preenche espaços	0	5	1 Algumas vezes
Repassa linhas em diversas posições	1	5	
Repassa linhas em diversos tamanhos	1	5	
Une pontos previamente dispostos	1	5	
Traça linhas	1	5	
Desenha objetos	1	5	
Reproduz figuras geométricas	1	5	
Reproduz a figura humana de forma perceptiva	1	5	

DESENVOLVIMENTO VERBAL

COMPREENSÃO VERBAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Discrimina as pessoas pelo seu nome	3	3	
Entende ordens e recados	2	4	
Reconhece objetos pelo seu nome	2	4	
Atribui nomes a objetos	0	5	1 – Algumas vezes
Define palavras concretas	0	6	
Define palavras abstratas	0	6	
Forma família de palavras	0	6	

Sabe sinônimos de palavras	0	6	
Sabe antônimos de palavras	0	6	
Explica o significado de palavras	0	6	
Explica o significado das frases	0	6	
Resume o significado de um texto	0	6	

RACIOCÍNIO VERBAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Encontra relações de igualdade entre duas ou mais palavras	3	3	
Encontra relações de semelhança entre duas ou mais palavras	2	4	
Encontra relações de diferença entre duas ou mais palavras	1	5	
Encontra absurdos em expressões verbais		5	1Não deixa claro
Tira conclusões lógicas perante enunciados verbais		5	1Não deixa claro
Distingue fundamental e acessório num texto		5	1Não deixa claro

LEITURA

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Interpreta mensagens expressas através de desenhos e sinais	0	5	1Perguntas objetivas responde ao seu modo
Lê palavras	0	5	1Em desenvolvimento (ao seu modo)
Discrimina vogais	2	4	

Discrimina consoantes	0	5	1Em desenvolvimento
Lê palavras com sílabas diretas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas inversas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas diretas duplas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas de dupla grafia	1	5	
Lê frases	1	5	
Lê respeitando os sinais de pontuação	0	6	
Lê textos com expressividade	0	6	
Lê compreensivamente um texto	0	5	1- Algumas vezes

FLUÊNCIA VERBAL

ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO	NÍVEL DE AQUISIÇÃO	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
	PRESENTE	AUSENTE	
Emprega frases	0	6	
Forma frases com palavras dadas	0	6	
Inventa frases	0	6	
Relata acontecimentos reais	0	6	
Relata cenas de uma história, desenho	0	6	
Forma família de palavras	0	6	
Conta histórias	0	6	
Mantém uma conversa	1	5	
Explica verbalmente pensamentos, ideias...	0	6	

ESCRITA			
ÍTEM	NÍVEL DE AQUISIÇÃO PRESENTE	NÍVEL DE AQUISIÇÃO AUSENTE	NÍVEL DE OBSERVAÇÃO
Expressa através de desenhos realidades, sentimentos...	1	5	
Escreve o nome próprio	1	5	
Escreve palavras	1	5	Algumas
Escreve frases com palavras dadas	0	6	
Escreve as vogais	1	5	
Escreve as diversas consoantes em sílabas diretas	0	6	
Escreve sílabas inversas	0	6	
Escreve sílabas diretas duplas	0	6	
Escreve sílabas em dupla grafia	0	6	
Usa as maiúsculas	1	0	
Escreve textos simples	0	6	
Escreve textos complexos	0	6	
Respeita as regras de ortografia	0	6	
Obedece aos sinais de pontuação	0	6	

Conclusões finais

O sistema de inclusão exige dos docentes um conhecimento mais amplo sobre o processo educativo de crianças com NEE, paralisia cerebral, na sala regular. Portanto, se faz necessário o sistema regular de ensino adquirir algumas adaptações para que o processo de inclusão de pessoas com NEE possam frequentar um ensino de boa qualidade.

Por vezes ouvimos dizer que “há alunos de inclusão”, mas, na verdade, todos os alunos devem ser de inclusão. Em seu mais recente livro: *Direitos Humanos e Inclusão*, Rodrigues defende:

A inclusão é um direito humano emergente e que, mais do que isso, é um direito que contribui decisivamente para “densificar” todos os outros direitos. Para isso precisamos que a inclusão seja um valor transversal da escola, seja um valor educativo de primeira linha, seja, sobretudo um valor a que todos têm acesso. (RODRIGUES, 2016)

Percebe-se sim que é possível ter o aluno com deficiência em uma sala de aula comum, desde que todos estejam envolvidos no mesmo propósito de uma educação inclusiva, onde ajudem a superar os obstáculos existentes, quanto à carência na formação dos professores, pois a maioria não se sente seguros para trabalhar com esses alunos. É pertinente que se façam adaptações curriculares no sentido de oferecer disciplinas voltadas para a Educação Especial no período de formação.

Acerca das reflexões feitas, os docentes entrevistados emitem respostas semelhantes, afirmando que a inclusão na educação é possível de acontecer, porém ressaltam que essa só se efetivará na prática com o trabalho de professores capacitados. Portanto, faz-se necessário o apoio do poder público para que as mudanças sejam efetivadas, promovendo cursos de capacitação para que os docentes tenham uma preparação adequada para trabalhar com alunos especiais. É necessário salientar que quando um educador compreende o aspecto teórico e usa a seu favor, para a aplicação na prática pedagógica com seus alunos, a possibilidade de obter resultados satisfatórios e promover a transformação necessária é enorme.

Os procedimentos e adaptações curriculares foram difundidos como “um conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de

avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos”. (GUIJARRO apud CARVALHO, 1992, p. 138)

Foi constatado também, que poucos alunos com NEE frequentam as escolas públicas, talvez por falta de informação dos pais, pelas condições de acessibilidade às escolas ou até mesmo por falta de incentivo da comunidade local. Foi possível identificar que a escola necessita de um trabalho integrado com outros profissionais que atendam esse público, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais para que juntos possam favorecer o desenvolvimento do aluno com PC. A presença de profissionais preparados para receber a todos os alunos torna-se importante e ainda não está evidente.

O resultado obtido nesta pesquisa demonstra que além da necessidade de formação específica para os educadores, a escola deve estar preparada para responder as diversas dificuldades de seus alunos, assegurando uma educação de qualidade, mediante adaptação de currículo apropriado, adequando objetivos, planejando experiências de inclusão, criando estratégias de ensino que favoreçam as principais necessidades educacionais tanto para os alunos como para os professores. Observou-se que a escola em foco está cumprindo seu papel com estratégias que permitem a integração dos alunos de forma mais autônoma, porém ainda há mudanças necessárias para a emancipação dos alunos com necessidades especiais, objetivando uma escola para todos.

Segundo Lopes e Silva (2010) uma estratégia de ensino pode ser entendida “como um guia de ações educativas a desenvolver”. (p.135)

Como novas estratégias, propostas e encaminhamentos para que a inclusão aconteça e, conseqüentemente a aprendizagem desses alunos venha a ter progresso futuramente foi sugerido trabalhar: Comunicação Alternativa/ Paineis (incluindo caderno de comunicação); Adaptação em Recursos do Cotidiano (lápis, colher, copo...); Solicitação de uma Mediadora Escolar (ajudas em necessidades básicas entre outros); Orientação Parental (orientação para prosseguir as ajudas e apoios); Criar novas salas de AEE para melhorar o atendimento das crianças especiais; Instrumentos de baixa tecnologia – (imagens em anexos)

Propostas alternativas do AEE - Realizar encontros formativos para toda equipe escolar; observar as barreiras impostas em sala de aula- pensar em equipe sobre novas intervenções; Criar interlocução sobre adaptações nas atividades- solicitar (folha A3 presa com fita, prancheta, painéis de comunicação, entre outros);

Novas propostas para o AEE com a classe - Brincadeiras adaptadas com as crianças (pano mágico, roda com música, bolas na quadra, músicas); gestão em sala de aula; dialogar com uma criança que possa apoiar e ajudar nas tarefas simples (apoio).

Encaminhamentos para as crianças com NEEPC - Área clínica: Pediatra, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta ocupacional.

Encaminhamentos para as famílias - Participação em Grupos de apoio à família; Acompanhamento psicológico, Participação nas formações do AEE, participação ativa na vida escolar da criança.

Conclui-se que é necessário operar uma reforma aprofundada nos cursos de formação docente para que as pessoas que neles são formadas possam vivenciar o processo de ensino e aprendizagem de forma mais prática e exitosa, tornando-as agentes de mudança na escola.

Numa escola com perspectivas de inclusão, a reflexão deixada nesse trabalho é a parceria existente entre aqueles comprometidos com a educação, visto que a lei possibilita a flexibilidade curricular, mas é preciso que a comunidade escolar volte o seu olhar para a inclusão e para as pessoas especiais.

Referências Bibliográficas

(apud DIAZ – Rodrigues, 2009)

Alves, I.K. A formação docente no contexto da educação inclusiva. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69898/000874685.pdf>

Amado; Ferreira, 2013; FLICK, 2005

Araujo, I.M.F.; SILVA, P.R.M. Formação do professor para atuar na educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000084, 16/06/2016.

Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/formacao-do-professor-para-atuar-na-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>

Bernadete. dos S. L., 2021). Professora de AEE

Bersch, Rita de Cássia R. Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas. UFRS: Porto Alegre, 2007. Disponível em: Acesso em: 28.06.21.

Bogdan, R; Biklen, S. Características da investigação qualitativa. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

Bogdan, R, C. e Biklen, S. K (1992) Qualitative research for education: an introduction to theory and methods. (2nd ed.) Boston: Allyn e Bacon.

Burgess, R. G. (1984). **The Social Organization of Schools**. Londres: B.T. Batsford. Citado em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/04/paisagem.html>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. **Brasília**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral. **Ministério da Saúde**. 2013. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_paralisia_cerebral.pdf

Carvalho, L.J.M. O trabalho em rede (instituição de reabilitação, escola e família) na inclusão escolar e social de crianças com diagnóstico de paralisia cerebral. **Universidade Estadual De Campinas**. 2017. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322192/1/Carvalho_LarisseJunqueiraMendes_M.pdf

Chun, R.Y.S. Questões de linguagem na comunicação suplementar e/ou alternativa. IN: Lacerda, C. B.F.; Panhoca, I. (Org.) Tempo de fonoaudiologia III. Taubaté: Cabral editora Universitária, 2002

Cruz, G.C; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista** [online]. n. 52, p. 257-273, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.32950>.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca – Espanha.

Deliberato, D.; Manzini, E.J. Fundamentos introdutórios em comunicação suplementar e/ou alternativa. O processo de comunicação: contribuição para a formação de professores

na inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais. 1ª ed. São José do Campos: Pulso, 2011

Finnie, N. R. O manuseio em casa da criança com paralisia cerebral. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.

Freire, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

Gaia, R.S.P. Educação especial no Brasil: análises e reflexões. Revista Transversal, Edição 010, 2017. Disponível em:
http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170719100610.pdf

Galvão Filho, Teófilo Alves. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. in: Revista FACED. Vol. 2. Porto Alegre, 2013.

Guijarro, R B. (org.). Alumnos com necesidades educativas especiales y adaptaciones curriculares. Espanha, Ministério de Educación y Ciência, 1992.

Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas (4.ª edição). Lisboa: Instituto Piaget.

Hegarty (1994) "Integration and the Teacher" in: C.J.W, Meyer, S.J.Pijl and S. Hegarty (eds.) New Perspectives in Special Education: a Six Country Study of Integration, London, Routledge. Citado em: <https://www.efdeportes.com/efd167/educacao-fisica-e-inclusao-estudo-de-estagiarios.htm>.

<https://novaescola.org.br/conteudo/15215/portugal-e-um-caso-de-sucesso-na-educacao-inclusiva> - Fonte DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Inglês, M.A; Antoszczyszen, S; Semkiv,S.I.A.L; Oliveira, J.P. Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v. 20, n. 3, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300011>.

Kassar, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://ppeeef.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/Educar-em-revista-2011.pdf>.

Lei Nº 54 (2018)

Ministério de Educação e Cultura (MEC) 2008

https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T207092.pdf

<http://www.scielo.br/j/rbee/a/mnywpdNfLjq3hgQXftQhLvh/?lang=pt>

(in «**A CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL**», **Guia para os Pais e Profissionais de Saúde e Educação. Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral**

Leitão, F. (2006). *Aprendizagem Cooperativa e Inclusão Mira Sintra*: edição do autor

Lopes, J. e Silva, H. S. (2010) *O professor faz a diferença*. Lisboa: Lidel.

(Maria, 2021) Professora de AEE

Milbrath, V.M; SOARES, D.C; AMESTOY, S.C; CECAGNO, D; SIQUEIRA, H.C.H.

Mães vivenciando o diagnóstico da paralisia cerebral em seus filhos. **Rev Gaúcha Enferm.** v. 30, n.3, p.437-444, 2009.

<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7733>

Milbrath MM. *Cuidado da família à criança portadora de paralisia cerebral nos três primeiros anos de vida* [dissertação]. Rio Grande: Escola de Enfermagem, Fundação Universidade Federal de Rio Grande; 2008.

Mazzotta, Marcos J. S. – Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Monteiro, Carlos Bandeira de Mello, Realidade virtual na paralisia cerebral, Ed. Plêiade, São Paulo, 2011.

Montessori, Maria – Coleção Educadores, publicado pelo Ministério da Educação.

Rotta, N. T. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. Jornal de Pediatria, 2002.

Oliveira, M.J.A.P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Revista Gestão Universitária. 2016. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar>

Oliveira, Marta Khol. Vygotsky. In: Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

Pereira, H.V. Paralisia cerebral. **Residência Pediátrica**. v. 8, n.1, p. 49-55, 2018. DOI: 10.25060/residpediatr-2018.v8s1-09
<https://residenciapediatria.com.br/detalhes/342/paralisia%20cerebral>

Richardson, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Rodrigues, H.D.C.; Ferreira, C. W. S. Educação Especial Inclusiva: Um estudo bibliográfico sobre o processo de Inclusão de alunos. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000099, 11/01/2017. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/educacao-especial-inclusiva-um-estudo-bibliografico-sobre-o-processo-de-inclusao-de-alunos>.

Rodrigues, David. Direitos humanos e inclusão. Porto: Profedições, 2016.

Rodrigues, D. (2003). *Perspectivas sobre a Inclusão. Da educação à sociedade*
Porto: Porto Editora

Rotta, N. T. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. *Jornal de Pediatria*, 2002.

Ruivo, J. (1998). *Os alunos com necessidades educativas especiais: Subsídios para o sistema de educação*. Lisboa: Ministério da Educação.

Sawaia, Bader. *As artemanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética desigualdade social*. São Paulo: Vozes, 1999.

Sanchez, G.C; Almeida, R.C.G.O; Conçalvez, A.G. Inclusão escolar: os desafios de alunos com paralisia cerebral em seu processo de escolarização. **REVELLI**. v.9, n.2, p. 27-39, 2017. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/5897#:~:text=Foi%20poss%C3%ADvel%20concluir%20que%2C%20o,e%20garantir%20o%20acesso%20do>

Sánchez, P.A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Rev. da Educação Especial**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2005

Santos, A. conhecendo práticas docentes que favorecem a

inclusão. Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wIuj0dklFC4J:https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42798/R%2520-%2520E%2520-%2520ALESSANDRA%2520DOS%2520SANTOS.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy+%26amp;cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

Santos, B.A; Milbrath, V.M; Freitag, V.L; Nunes, N.J.S; Gabatz, R.I.B;

Silva, M.S. O impacto do diagnóstico de paralisia cerebral na perspectiva da família.

Reme – Rev Min Enferm. 2019. DOI: 10.5935/1415-2762.20190035

Santos, C.B; Marques, M.L.C; Andrade, M.M.A; Rocha, A.N.D.C. O uso da tecnologia assistiva pelo estudante com paralisia cerebral no contexto escolar. Revista Educação Especial. v. 31, n. 62, p. 631-650, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231109015.pdf>

Sassaki, R.K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

Silva, M. (2011). Gestão das Aprendizagens na sala de aula inclusiva Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas

Souza, B. C.; Mantoan, M. T. E. A formação de professores para a diferença: um estudo sobre os cursos de licenciatura da Unicamp e suas implicações em educação inclusiva. Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP, Campinas, SP, n.27, out. 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/pibic/article/view/2032/2086>.

(Valeria. C. da S., 2021) Professora de AEE

Vieira, Elisângela A.P. A Fisioterapia vai à Escola, A interdisciplinaridade na Inclusão Escolar, 2015.

Wajnsztein, Alessandra B. Caturani

Wajnsztein, Rubens – Dificuldades Escolares: um desafio superável – medicina/psicologia. 2ª edição – São Paulo: Ártemis Editorial - ISBN 85-88933-17-9

ANEXOS

Anexo 1. Pedido de autorização aos Gestores das Escolas para realização de entrevista com os professores e técnicos.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

De:

Ex^o.

Diretor(a): da Escola Municipal...

Jaguarari, 1^o de Março de 2021.

Assunto: Pedido de autorização para entrevistar, inquirir professores e técnicos que acompanham crianças com paralisia cerebral.

Exmo. Senhor

Eu, **ZENILDE MARLY SILVA**, vem por este meio solicitar a V. Ex^a a autorização para entrevistar, inquiri professores e técnicos que os acompanham crianças com Paralisia Cerebral.

A tese com o título: A Educação Inclusiva e o processo educativo de crianças com necessidade especial: Paralisia Cerebral, a mesma é orientada pelo Professor Doutor Horácio Pires Gonçalves Ferreira Saraiva, professor da ESEJD – Escola Superior de Educação João de Deus.

O objetivo deste trabalho de investigação são os desafios que os alunos da educação especial, alunos com Paralisia Cerebral, encontram em seu processo de ensino/aprendizagem, escolarização.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, despeço-me com os melhores cumprimentos.

A docente/investigadora

Anexo 2. Pedido de autorização aos professores, técnicos e profissionais para a realização de entrevista.

**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO**

**Título do Estudo a realizar: A Educação Inclusiva e o processo educativo de
crianças com necessidade especial: Paralisia Cerebral.**

Professora Responsável pelo Estudo: ZENILDE MARLY SILVA

Este documento contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi abordado/a, bem como a decisão de autorizar a participação do seu educando no mesmo. Por favor, leia atentamente e preencha a informação solicitada.

Eu, _____, na qualidade de _____, autorizo de livre espontânea vontade, a participar *de uma entrevista na área de Educação Especial na construção de uma Escola Inclusiva*. Este estudo desenvolve-se no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências da Educação Especial, Domínio Cognitivo – Motor pela Escola Superior João de Deus, em Lisboa, Portugal. Visando conhecer a opinião dos profissionais que trabalham com alunos com NEE, paralisia Cerebral, no que se refere ao processo de inclusão desses alunos em sala regular e como acontece o processo educativo. A participação neste estudo não envolve qualquer alteração nas rotinas diárias. Fui informado (a) pela autora do estudo, ZENILDE MARLY SILVA, quanto ao anonimato e a confidencialidade dos dados relativos à identificação, bem como os resultados obtidos serão divulgados apenas, para fins académicos. Fui ainda informado (a) que este estudo não me trará qualquer despesa ou risco.

Declaro que compreendi a informação que me foi dada, tive oportunidade de fazer perguntas e que as minhas dúvidas foram esclarecidas.

_____/____/____

(Assinatura do representante legal do _____ (Data)

_____/____/____

(Assinatura do responsável pelo estudo) a(Data)

Anexo 3 - Guião de entrevista aos professores

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DOS ENTREVISTADOS

Sexo	Masculino	00	Idade	Dos 21 aos 41 anos	01
	Feminino	06		Dos 42 aos 52 anos	03
				Mais de 52 anos	02

Nível de Ensino	Educação Infantil	01	Habilitações	Licenciatura	00
	Ensino Fundamenta I	05		Pós Graduação	06
	Ensino Fundamental II	00		Bacharelado	00
	Ensino Médio 1	00		Mestrado	00
	Técnico Profissional	00		Doutorado	00

SIM	02	FORMAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL?
NÃO	04	

QUESTÕES DE ESTUDO

Nº	QUESTÕES	SIM	ÀS VEZES	NÃO
01	Os professores interagem com os alunos especiais	4	2	0
02	O processo ensino-aprendizagem dos alunos seria mais produtivo se a formação docente fosse mais específica na área da educação especial.	6	0	0
03	Medidas como apoio pedagógico, adaptações curriculares, adequações no processo de avaliação e ensino, promovem o sucesso do aluno.	4	2	0
04	Quanto à metodologia, atende as reais necessidades desses alunos.	2	4	0

05	Além da metodologia do professor, o estado emocional e apoio familiar são necessários para que aconteça a aprendizagem do aluno com necessidade especial.	5	1	0
06	Trabalhar com o lúdico é essencial para motivar a inclusão das crianças com NEE com os seus pares.	6	0	0
07	A escola recebe todos os alunos	6	0	0
08	A escola tenta incluir alunos com NEE	6	0	0
09	A escola não se preocupa com a inclusão	0	0	6
10	Inexistência de rampas na instituição	2	0	4
11	Os professores apoiam novas estratégias a serem utilizadas com os alunos com NEE	6	0	0
12	É possível seguir com o mesmo planejamento curricular adotado para as crianças da sala de aula regular com os alunos que tem PC.	0	2	4
13	As atividades propostas aos alunos com PC devem ser acompanhadas em sala de aula por um professor de educação especial, especificamente.	4	1	1
14	A presença de alunos com NEE na sala de aula regular não prejudica a aprendizagem dos Colegas.	2	1	3
15	A inclusão de alunos com PC não acontece na sala de aula porque dificulta a tarefa do professor.	0	2	4
16	Os alunos com necessidades educativas especiais são motivados pelo professor para que esses não se sintam excluídos.	6	0	0
17	A aprendizagem dos alunos com necessidades especiais acontece quando as suas dificuldades são	4	2	0

	diagnosticadas.			
18	O trabalho em equipe é válido, pois os alunos com necessidades especiais conseguem interagir com o professor e com os colegas, favorecendo assim a sua aprendizagem.	6	0	0
19	Acredita que é possível haver o processo de inclusão na educação da sua escola.	6	0	0
20	Sem um ensino diferenciado os alunos com necessidades especiais não conseguiriam aprender.	6	0	0

Anexo 4 –Grelha de observação

GRELHA DE OBSERVAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAL – PARALISIA CEREBRAL

Unidade Escolar:

Nome:

Data nascimento:

Ano e turno: ° ANO /

1. DESENVOLVIMENTO PERCEPTIVO

PERCEPÇÃO VISUAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Segue com o olhar a trajetória de um objeto	4	2	
Discrimina intensidade de luz	1	5	
Conhece as formas dos objetos e agrupa-as	4	2	
Discrimina cores primárias	3	3	
Discrimina cores secundárias	3	3	
Discrimina matizes de cores	2	4	
Percebe o que falta em figuras incompletas	2	4	
Capta detalhes em gravuras	3	3	
Percebe erros em desenhos	2	4	
Identifica semelhanças de objetos, desenhos...	3	3	
Identifica diferenças de objetos, desenhos...	3	3	

PERCEPÇÃO AUDITIVA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina sons	4	2	
Discrimina intensidade de sons	4	2	
Localiza de onde vem o som	6	0	

Reproduz tonalidade musical	2	4	
Reproduz canções	3	3	
Discrimina fonemas	2	4	

PERCEPÇÃO TÁTIL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina pelo tato partes do corpo, objetos, materiais...	2	4	
Discrimina pelo tato formas geométricas manipuláveis	1	5	
Discrimina objetos pela sua textura	1	5	
Discrimina diferentes sabores, odores...	2	4	
Discrimina movimentos do próprio corpo	3	3	

PERCEPÇÃO ESPACIAL GERAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina dentro/fora	3	3	
Discrimina por/tirar	2	4	
Discrimina fechar/abrir	4	2	
Discrimina pequeno/médio/grande	4	2	
Discrimina alto/baixo	4	2	
Discrimina acima/abaixo	4	2	
Discrimina cheio/vazio	3	3	
Discrimina gordo/magro	4	2	
Discrimina perto/longe	3	3	
Discrimina curto/cumprido	2	4	
Discrimina igual/diferente	3	3	
Discrimina largo/estrito	2	4	
Discrimina rápido/lento	2	4	
Discrimina frente/atrás	3	3	
Discrimina de lado, no meio/ em frente	2	4	
Discrimina princípio/fim	2	4	
Discrimina avesso/direito	2	4	
Discrimina direita/esquerda	2	4	
Discrimina direções	2	4	
Discrimina formas geométricas	2	4	
Soluciona quebra-cabeças	2	4	

PERCEPÇÃO ESPACIAL GRÁFICA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina figuras geométricas	2	4	
Associa figuras simétricas	2	4	
Associa diferencialmente as letras e numerais disléxicos	2	4	
Identifica lugares reais	2	4	
Discrimina figuras geométricas de 3 dimensões	2	4	
Discrimina figura fundo em desenhos	2	3	1 Em desenvolvimento

PERCEPÇÃO TEMPORAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina dia/noite	4	2	
Discrimina antes/agora/depois	2	4	
Discrimina manhã/tarde/noite	2	4	
Discrimina dias da semana	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina mês	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina ano	1	4	1 Em desenvolvimento
Discrimina meses do ano	1	5	
Discrimina estações do ano	1	5	
Discrimina década/século/milênio	1	5	

1. DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE

MOVIMENTOS E COORDENAÇÃO GERAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Controla a cabeça	4	2	
Mantêm-se sentado(a)	4	1	1 Com apoio, alguém segurando

Gatinha	1	5	
Põe-se de pé	3	3	
Caminha com apoio	3	3	
Corre	0	6	
Salta	0	6	
Sobe escadas	0	5	1 Com apoio
Desce escadas	0	5	1 Com apoio
Dá pontapés na bola	3	3	
Anda de bicicleta	0	6	
Realiza respiração torácica e abdominal	4	1	1Em desenvolvimento
Relaxa os diversos membros do corpo	2	3	1Em desenvolvimento
Domina movimentos e coordenação dos vários membros conjuntamente	0	6	
Supera obstáculos em gincanas	0	6	

HÁBITOS DE INDEPENDÊNCIA PESSOAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Come pão com as mãos	4	2	
Segura uma chávena	2	4	
Bebe sozinho(a) com um copo	3	3	
Come sozinho(a)	3	3	
Controla os esfíncteres	2	4	
Utiliza o sanitário de forma independente	0	6	
Calça os sapatos	0	6	
Calça as meias	0	6	
Veste-se sozinho (a)	0	6	
Abotoa	0	6	
Desabotoa	0	6	

Aperta os cordões	0	6	
Penteia-se	0	6	
Assoa o nariz	0	6	
Lava a cara e mãos	1	5	
Corta as unhas	0	6	
Anda sozinho na rua	0	6	
Utiliza autonomamente os meios de transporte	0	6	

ESQUEMA CORPORAL

ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Localiza as partes do corpo	4	2	
Diz para que serve as diferentes partes do corpo	1	5	
Aplica conceitos espaciais (em si, no outro...)	1	5	
Percebe e reproduz estruturas rítmicas	1	4	1 Lentamente
Mantém o equilíbrio	0	5	1Algumas vezes
Expressa corporalmente diferentes estados de ânimo	3	3	
Realiza ações	3	3	

COORDENAÇÃO MANUAL

ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Mantém objetos na mão	2	4	
Pega objetos com a mão	3	3	
Realiza oposição digital	1	5	
Domina os movimentos da mão	2	4	
Coordena os movimentos dos dedos	1	5	
Coordena os movimentos viso-digitais	1	5	

COORDENAÇÃO GRAFO-MOTORA (PRÉ-ESCRITA)			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Realiza traços livres com dedo e mão	2	4	
Realiza traços com instrumentos	1	5	
Preenche espaços	0	5	1 Algumas vezes
Repassa linhas em diversas posições	1	5	
Repassa linhas em diversos tamanhos	1	5	
Une pontos previamente dispostos	1	5	
Traça linhas	1	5	
Desenha objetos	1	5	
Reproduz figuras geométricas	1	5	
Reproduz a figura humana de forma perceptiva	1	5	

DESENVOLVIMENTO VERBAL

COMPREENSÃO VERBAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Discrimina as pessoas pelo seu nome	3	3	
Entende ordens e recados	2	4	
Reconhece objetos pelo seu nome	2	4	
Atribui nomes a objetos	0	5	1 – Algumas vezes
Define palavras concretas	0	6	
Define palavras abstratas	0	6	
Forma família de palavras	0	6	
Sabe sinônimos de palavras	0	6	
Sabe antônimos de palavras	0	6	
Explica o significado de palavras	0	6	
Explica o significado das frases	0	6	

Resume o significado de um texto	0	6	
RACIOCÍNIO VERBAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Encontra relações de igualdade entre duas ou mais palavras	3	3	
Encontra relações de semelhança entre duas ou mais palavras	2	4	
Encontra relações de diferença entre duas ou mais palavras	1	5	
Encontra absurdos em expressões verbais		5	1Não deixa claro
Tira conclusões lógicas perante enunciados verbais		5	1Não deixa claro
Distingue fundamental e acessório num texto		5	1Não deixa claro

LEITURA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Interpreta mensagens expressas através de desenhos e sinais	0	5	1Perguntas objetivas responde ao seu modo
Lê palavras	0	5	1Em desenvolvimento (ao seu modo)
Discrimina vogais	2	4	
Discrimina consoantes	0	5	1Em desenvolvimento
Lê palavras com sílabas diretas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas inversas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas diretas duplas	0	5	1Em desenvolvimento
Lê sílabas de dupla grafia	1	5	
Lê frases	1	5	
Lê respeitando os sinais de pontuação	0	6	
Lê textos com expressividade	0	6	
Lê compreensivamente um texto	0	5	1-Algumas vezes

ORTOFONIA E LOGOPEDIA

ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Realiza a respiração de forma regular	3	2	1Desenvolvimento
Relaxa os diferentes membros do corpo	1	4	1Desenvolvimento
Sopra com força	1	4	1Às vezes
Sopra com precisão	1	4	1Às vezes
Domina os movimentos da mandíbula	1	5	1Às vezes
Domina os movimentos dos lábios	1	5	
Domina os movimentos da língua	1	4	1Desenvolvimento
Domina os movimentos dos outros órgãos fonadores	1	4	1Desenvolvimento
Emite sons vocais	0	5	1Com dificuldade
Articula os fonemas consonantais	0	6	
Articula os fonemas em sílabas inversas	0	6	
Articula as sílabas diretas duplas	0	6	
Emite de forma fluida as palavras e frases	0	5	1Algumas poucas

FLUÊNCIA VERBAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Emprega frases	0	6	
Forma frases com palavras dadas	0	6	
Inventa frases	0	6	
Relata acontecimentos reais	0	6	
Relata cenas de uma história, desenho	0	6	
Forma família de palavras	0	6	
Conta histórias	0	6	
Mantém uma conversa	1	5	
Explica verbalmente pensamentos, idéias...	0	6	

ESCRITA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Expressa através de desenhos realidades, sentimentos...	1	5	
Escreve o nome próprio	1	5	
Escreve palavras	1	5	Algumas
Escreve frases com palavras dadas	0	6	
Escreve as vogais	1	5	
Escreve as diversas consoantes em sílabas diretas	0	6	
Escreve sílabas inversas	0	6	
Escreve sílabas diretas duplas	0	6	
Escreve sílabas em dupla grafia	0	6	
Usa as maiúsculas	1	0	
Escreve textos simples	0	6	
Escreve textos complexos	0	6	
Respeita as regras de ortografia	0	6	
Obedece aos sinais de pontuação	0	6	

4. ÁREAS MINEMÔNINAS

FLUÊNCIA VERBAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Emprega frases	0	6	
Forma frases com palavras dadas	0	6	
Inventa frases	0	6	
Relata acontecimentos reais	0	6	
Relata cenas de uma história, desenho	1	5	
Forma família de palavras	0	6	
Conta histórias	0	6	
Mantém uma conversa	0	6	
Explica verbalmente pensamentos, ideias...	0	6	

MEMÓRIA VISUAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Lembra-se de lugares conhecidos	3	3	
Lembra-se de objetos de diversas dependências	2	4	
Diz e reconhece as pessoas que frequentam a casa	1	4	1reconhece a fala
Lembra-se de figuras vistas em desenhos	0	5	1Ao seu modo
Lembra-se de itinerários	1	5	

MEMÓRIA VERBAL E NUMÉRICA REPETITIVA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Repete corretamente dígitos	0	6	
Repete corretamente os numerais	1	5	
Repete corretamente sílabas	1	5	
Repete corretamente palavras	1	5	

Repete corretamente frases	0	6	
Repete corretamente canções	0	6	
Repete corretamente lengalengas'	1	5	
Repete corretamente poesias	0	6	

MEMÓRIA VERBAL E NUMÉRICA SIGNIFICATIVA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Diz o que faz durante o dia	0	6	
Deixa recados	0	6	
Repete informações, recados	0	6	
Repete datas e numerais significativos	1	5	
Responde a perguntas sobre uma explicação ou texto lido	0	6	
Relata contos com as próprias palavras	0	6	

4. ÁREAS NUMÉRICAS

CONCEITOS NUMÉRICOS BÁSICOS			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Usa significativamente os conceitos quantitativos referentes a pessoas	1	5	
Usa significativamente os conceitos quantitativos referentes a coisas	1	5	
Usa significativamente os conceitos de comparação	0	6	
Usa significativamente os conceitos de divisão	0	6	
Usa significativamente os conceitos de fração	0	6	
Usa significativamente os conceitos de	0	6	

ordem			
Associa os numerais dígitos e quantidades	0	6	
Utiliza as moedas e notas	0	6	
Usa significativamente unidades de distância	0	6	
Usa significativamente unidades de capacidade	0	6	

CÁLCULO

ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Resolve somas e problemas	0	6	
Resolve subtrações e problemas	0	6	
Resolve multiplicações	0	6	
Resolve problemas nos quais entram duas operações	0	6	
Resolve divisões	0	6	
Possui conceito de fração	0	6	

RACIOCÍNIO ABSTRATO

ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Resolve quebra-cabeça	0	6	Às vezes
Realiza construções	0	6	
Classifica objetos	0	5	1 – Com auxílio
Encontra relações de igualdade	0	5	1 – Com auxílio
Encontra relações de semelhança	0	5	1 – Com auxílio
Encontra diferenças	0	5	1 – Com auxílio
Dá soluções práticas a situações concretas	0	6	
Descobre absurdos	0	6	
Classifica objetos de acordo com dois ou mais critérios	0	6	

Descobre relações em séries gráficas	0	6	
Descobre relações em séries numéricas	0	6	
Distingue o fundamental e superficial	0	6	
Encontra relação de causa e efeito	0	6	

4. DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL-SOCIAL

ÁREA EMOCIONAL-AFETIVA			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Supera os medos	0	6	
Supera rivalidades	0	6	
Reage equilibradamente à frustração	1	5	
Supera reações de competição	0	6	
Comporta-se de forma correta, sem necessidade de motivação extrínseca	0	6	
Demonstra um estado emocional regular	0	6	

ÁREA SOCIAL			
ÍTEM	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
Integra-se bem no grupo	3	1	1Algumas vezes
Mostra-se membro ativo do grupo	3	2	1Algumas vezes
Respeita normas e regras	3	3	
Comporta-se corretamente de forma ética e social	1	4	1Algumas vezes

Baseado em “Como programar em educação Especial”- Jesus Garrido Landivar.

